



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

NEEMIAS ANTÓNIO NANQUE

**MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DO
MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL DA GUINÉ-BISSAU (1998-2018)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

NEEMIAS ANTÓNIO NANQUE

**MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DO
MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL DA GUINÉ-BISSAU (1998-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto das Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Campus dos Malês, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio André de Souza.

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Layla Carvalho.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

N171m

Nanque, Neemias António.

Movimentos sociais e consolidação democrática : um estudo do Movimento Nacional da Sociedade Civil da Guiné-Bissau (1998-2018) / Neemias António Nanque. - 2019.

62 f.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio André de Souza.

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Layla Daniele Pedreira de Carvalho.

1. Democracia - Guiné-Bissau. 2. Guiné-Bissau - Política e governo - 1998-2018.

I. Movimento Nacional da Sociedade Civil (Guiné-Bissau) - Atividades políticas. II. Título.

BA/UF/SEBI

CDD 966.57

NEEMIAS ANTÓNIO NANQUE

**MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DO
MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL DA GUINÉ-BISSAU (1998-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto das Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Campus dos Malês, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Data de aprovação: 27/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Claudio André de Souza (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Layla Daniele Pedreira de Carvalho

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico este trabalho à minha mãe!

Quando era criança, ela guardava uma mochila feita de pano-de-pinti-papel no fundo da mala. Quando a tirava para levar, sempre dizia, “esta mochila é para ti, assim que chegares o tempo de ir para escola”. Infelizmente, antes de completar a idade de ir para escola, nossa casa foi consumida pelo fogo e a mochila ardeu-se juntamente com tudo que minha mãe tinha.

Minha mãe sabia o quanto a escola pode ser útil para mim... Ndji lini M´mbirndóló!

AGRADECIMENTOS

Aproveito esse ensejo para agradecer toda minha raiz. Sou filho de Bôssassun Ktá, classe nobre da sociedade Papel. Tive um pouco de privilégio na casa de meus pais. Minha infância era assegurada com tanta mordomia que alguns associaram minha vida pessoal ao ditado em papel que literalmente significa, *com tanta mordomia, filhos de reis não fazem nada na vida, vivendo à custa dos outros*. Graças ao caminho que meu pai M'bunda Klin-nandé Ka e minha mãe M'mbirndóló Djú me mostrou, decidi seguir a trilha. Portanto, estou aqui hoje, porque eles eram, são e serão meu porto seguro.

Minha gratidão vai especialmente para Tia Marta Có, minha tia. A mulher que encarregou pela educação familiar e institucional dessa pessoa. Aprendi na vida que a mãe não é necessariamente aquela que me gerou, mas sim, aquela que assumiu a responsabilidade de educar, orientar e que está sempre ao lado de mim.

Aos meus irmãos por tudo que têm feito para suportar meus estudos no Brasil durante cinco anos e meio. Estou muito grato ao João Agostinho da Costa; ao Luís António Pontes; a Brigitte Pontes e a Getulia Cá. Ao Dr. Paulo Gomes. Sem vocês, meus passos encurtariam logo na partida.

Não posso em nenhum momento deixar de mencionar pessoas que tornam pilares que suportam minha força de encerrar desafios: aos meus filhos, que colocam em mim a responsabilidade de ser pai de verdade; a minha namorada Locarine Udulciene Mendes Oncampo (Nicky). Ela teve a perseverança de abdicar de tudo que a vida coloca ao seu redor para sofrer comigo durante esse tempo todo. Graças a todas as forças, conseguimos concluir essa etapa juntos.

Aos meus orientadores: Claudio André de Souza e Layla de Carvalho pela paciência em orientar esse trabalho de conclusão de curso.

Aos meus amigos e colegas que ganhei nessa empreitada. Não posso citar aqui todos os nomes e nem posso citar uns e deixar outros. Para os que sempre estão próximos de mim, meu muito obrigado pela afetividade e esse calor humano. Podemos perder tudo na vida, menos amigos.

De uma forma e de outra, agradeço à todos e todas que contribuíram quer direta ou indiretamente na elaboração desse trabalho!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é o resultado de investigação científica na área de Ciências Sociais, voltada para o estudo do Movimento Nacional da Sociedade Civil na Guiné-Bissau. É obvio, que os Estados modernos vem sendo moldados pelos movimentos sociais, em que o foco principal não é a tomada de poder, mas sim, contribuir com suas pautas para domesticar as democracias e permitir uma pluralidade de ideias na edificação dos mesmos. No caso da Guiné-Bissau, o Movimento Nacional da Sociedade Civil não foge da regra e se tornou na maior rede filial das organizações da sociedade civil. Tendo sua ação desde 1998, data em que, no meio ao conflito político-militar, foi fundando para mediar as partes em conflitos. Findo este período, o Movimento continua com suas ações políticas e sociais e ao mesmo tempo, cooperando com o Estado. Em alguns casos, que mais pela frente serão abordados, o Movimento joga papel fiscalizador do Estado, participando diretamente na gestão e no funcionamento de algumas instituições estatais.

Palavras-chave: Democracia - Guiné-Bissau. Guiné-Bissau - Política e governo - 1998-2018. Movimento Nacional da Sociedade Civil (Guiné-Bissau) - Atividades políticas.

ABSTRACT

This Course Completion Work is the result of scientific research in the area of Social Sciences, focused on the study of the National Civil Society Movement in Guinea-Bissau. Indeed, modern States have been shaped by social movements, where the main goal is not on seizing power but on their agenda contribution to tame the democracies and to allow a plurality of ideas in building them. In the particular case of Guinea-Bissau, the National Civil Society Movement is not an exception to this reality and it has become the largest branch network of civil society organizations. taking action since 1998, the date of its foundation, which happened during the political-military conflict aimed to mediate the involded parties to conflicts. At the end of this period, the Movement keeps its political and social actions while cooperating with the State. In some cases, what will be addressed later, the Movement plays an oversight role of the State, participating directly in the management and operation of some state institutions.

Keywords: Democracy - Guinea-Bissau. Guinea-Bissau - Politics and government - 1998-2018. National Civil Society Movement (Guinea-Bissau) - Political activities.

LISTA DE SIGLAS

ANP – Assembleia Nacional Popular

JAAC – Juventude Africana Amílcar Cabral

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

MNSC – Movimento Nacional da Sociedade Civil

ONG – Organizações Não-Governamental

PAIGC – Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo-Verde

TMR – Teoria de Mobilização de Recursos

TNMS – Teoria de Novos Movimentos Sociais

TPP – Teoria do Processo Político

UDEMU – União Democrática das Mulheres

UNTG – União Nacional dos Trabalhos

SUMÁRIO

1	CAP: I - INTRODUÇÃO	11
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO PAÍS, OBJETIVOS DA PESQUISA, CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	11
1.2	METODOLOGIA	12
1.3	JUSTIFICATIVA	13
2	CAPÍTULO II	15
2.1	DEBATE TEÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	15
2.2	REPERTÓRIO DE AÇÕES	26
2.3	A RELAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS COM O ESTADO	28
2.4	REVOLUÇÃO DO HAITI: UM TRIUNFO DAS AÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS?	31
3	CAPÍTULO III	35
3.1	SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONCEITO DE MANDJUANDADI	35
4	CAPÍTULO IV - MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DO MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL DA GUINÉ-BISSAU (1998-2018)	49
4.1	ESTADO E DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU (1973-1991)	49
4.2	PAPEL DO MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO DE CONFLITO POLÍTICO-MILITAR DE 1998-1999	53
4.3	REPERTÓRIO DE INTERAÇÃO ENTRE MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO GUINEENSE	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	60

1 CAP: I - INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO PAÍS, OBJETIVOS DA PESQUISA, CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

A Guiné-Bissau fica situada na Costa Ocidental da África, limitada ao Norte pela República do Senegal. A Leste e Sul pela República da Guiné-Konacri, a Oeste pelo Oceano Atlântico, com uma superfície total de 36.125 Km². Possui por um lado a zona insular, conhecida como Arquipélago dos Bijagós composto por mais de 40 ilhas. Por outro, o país possui 8 regiões administrativas, correspondes a parte continental, tendo a capital Bissau com o estatuto de Setor Autônomo, (INE¹, 2009).

Foi território ocupado por Portugal desde primeira metade do século XX até a data de sua expulsão em 1973, através da luta armada que durou onze anos. O país vive os seus 46 anos de independência total, tendo desde sempre adotado o modelo democrático para alicerçar o funcionamento de suas instituições democráticas.

Portanto, o objetivo principal desta monografia é compreender o papel do Movimento Nacional da Sociedade Civil no processo de consolidação democrática na Guiné-Bissau entre 1998 até 2018. Para o alcance deste objetivo, definimos alguns específicos: indagar para melhor compreender as ações levadas a cabo pelo Movimento Nacional da Sociedade Civil no sentido de fortalecer o Estado de direito e democrático; evidenciar a importância da atuação dos movimentos sociais na consolidação democrática na Guiné-Bissau; e analisar as formas de interação entre o Movimento Nacional da Sociedade Civil e o Estado.

Todos esses objetivos elencados partem de um problema para o qual, procuramos científica e empiricamente entender. Partido de hipóteses de que, as convulsões sociais e as imposições externas triunfaram com a aderência do país ao multipartidarismo em 1991, resultando na revisão pontual da Constituição da República que eliminou o artigo 4 que dava ao PAIGC o estatuto da única força política nacional, abrindo assim, o caminho para o multipartidarismo. A partir desse momento até a data presente, os movimentos sociais têm vindo a imprimir ações para edificação de Estado de direito e democrático na Guiné-Bissau. Neste sentido, a pesquisa procurará saber até que ponto o Movimento Nacional da Sociedade Civil contribuiu para consolidação democrática?

¹ Dados do Instituto Nacional de Estatística publicados em 2009.

1.2 METODOLOGIA

Para concretização deste trabalho, utilizamos o método qualitativo, que se baseia na revisão bibliográfica sobre o tema, na coleta e análise de dados, documentos colhidos na internet, entre outras fontes importantes. Geralmente, quando usamos o termo pesquisa qualitativa, estamos a referir a

Qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Pode se referir a pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções, sentimentos, e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais, e interação entre nações (STRAUSS; CORBIN, 2008, p, 23).

Por outro lado, ao falarmos sobre análise qualitativa, referimo-nos não a “quantificação de dados qualitativos, mas sim, ao processo não-matemático de interpretação, feito com o objetivo de descobrir conceitos e de organizar esses conceitos e relações em um esquema exploratório teórico”. Para a pesquisa em Ciências Sociais, “os dados devem consistir de entrevistas e de observações, mas também devem incluir documentos, filmes ou gravações em vídeo e áudio (STRAUSS; CORBIN, 2008, p, 24).

Para esses autores, há três componentes principais na pesquisa qualitativa. Primeiro, há os dados que podem vir de diferentes várias fontes, tais como entrevistas, observações, registros e filmes. Segundo, há procedimentos que os pesquisadores podem usar para interpretar e organizar os dados. Relatórios escritos ou verbais são o terceiro componente. Eles podem ser apresentados como artigos em jornais científicos, em palestras ou em livros.

Portanto, dada a dificuldade de viajar até Guiné-Bissau, preconizamos realizar entrevistas por meio de vídeo-chamada nas redes sociais com alguns dirigentes e membros do Movimento em discussão. Ciente da sua importância para nossa pesquisa, como afirma Amado Luiz Cervo (2007, et al) “a entrevista não é uma simples conversa. É uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio de interrogatório do informante, dados para pesquisa”. Na perspectiva desses autores, a entrevista torna fundamental para os cientistas sociais porque fornecem os dados que não "podem ser encontrados em registros e fontes documentais e que podem ser fornecidos por certas pessoas”. Por esta razão, e por ser um tema que ainda não é muito pesquisado entramos em contacto. No e-mail que enviamos, elaboramos 8 perguntas, que, de uma maneira genérica, cada pergunta pode suscitar outras discussões. No entanto, nossa dificuldade foi exatamente de encontrar a quem do movimento vai se

disponibilizar para conversar connosco. Por tanta insistência, recebemos um áudio de 18 minutos, que o informante, enviou no dia 20 de junho de 2019, através do aplicativo whatssApp, respondendo apenas, uma pergunta: como o MNSC coopera com o Estado. Este é o único registo de voz que recolhemos para sustentar este trabalho.

Vale, portanto, ressaltar que a nossa pretensão era para entrevistar cinco membros divididos de seguinte maneira: uma mulher e um homem da gestão atual; um homem e uma mulher que são simplesmente membros do Movimento sem nenhuma função e por fim, entrevistar um antigo dirigente. Retorno que tivemos foi por meio de whatssApp, alegando falta de internet para estabelecer contacto connosco e alguns mostram indisponíveis em colaborar com as entrevistas.

1.3. JUSTIFICATIVA

Ao cursar o curso de licenciatura em Ciências Sociais, o estudante depara com muitos temas vindos desse amplo campo de conhecimento. Dentre tantas opções importantes que o curso oferta, optei em concentrar minha atenção sobre a democracia participativa; políticas públicas; direitos humanos; sociedade civil e movimentos sociais. Tornando assim para mim quase uma obrigação, decidi concentrar o foco deste trabalho sobre os movimentos sociais, tomando como referência para este debate, o Movimento Nacional da Sociedade Civil para Democracia e Paz na Guiné-Bissau dado seu lugar de posicionamento e atuação. Esta organização se caracteriza também pela sua luta em defesa da paz, democracia e de um Estado de direito e democrático, onde é possível desenvolver uma cidadania ativa e participativa. Porém, ao mesmo tempo que este trabalho torna uma responsabilidade acrescida, porque o debate teórico desenvolvido pelos teóricos ocidentais não contemplam ações de outros lugares, caso específico da Guiné-Bissau. Por outro lado, a “liberdade académica” faz de nós um sujeito ativo no processo de construção de conhecimento, razão pela qual, nossa pretensão analítica cinge exatamente na base de um diálogo aberto entre nosso lugar de fala e as presunções teóricas. Razão pela qual, denominamos o tema o seguinte: *Movimentos sociais e consolidação democrática: um estudo do Movimento Nacional da Sociedade Civil da Guiné-Bissau (1998-2018)*.

Para confecção deste trabalho dividimos o mesmo em quatro capítulos. O primeiro fica marcado pela contextualização geográfica do país onde cinge a pesquisa, para melhor situar o leitor. Também faz parte deste capítulo o objeto da pesquisa, a problematização levantada e as

justificativas que alimentam nosso interesse em desenvolver este trabalho. Objetivos e a metodologia adoptada para execução do mesmo fecham este primeiro capítulo.

O segundo capítulo ficou preenchido com o debate teórico sobre os movimentos sociais. Entendemos útil fazer uma discussão com base nas teorias de movimentos sociais para que tenhamos mais liberdade para logo em diante, fazer nossa análise empírica alicerçada nas mesmas teorias. Compõem a este capítulo, análises sobre repertórios de ações; relação dos movimentos sociais com Estado e por fim, trazemos a Revolução do Haiti para fechar o capítulo com intuito de demonstrar o quanto essas teorias não levam em conta algumas ações ou revoluções que acontecem fora do circuito analítico ocidental.

No terceiro capítulo adentramos no território da Guiné-Bissau onde analisamos a Sociedade Civil Guineense. Para chegarmos a esse ponto, debruçamos a partir do conceito de Mandjuandadi. Compreendemos que o conceito Sociedade Civil é genérico e padece de um marco temporal e espacial, razão pela qual, não é justo da nossa parte fazer uma transplantação do conceito para Guiné-Bissau, mas sim, analisar como esse espaço há muito tempo se desenvolveu na Guiné-Bissau sob o nome de Mandjuandadi até ao ponto a nomenclatura Sociedade Civil ganhar hoje a notoriedade que tem.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, dedicamos nosso arsenal científico e empírico no objeto da pesquisa. Analisamos um período considerado por Fafali Koudawo (2001) da *democracia revolucionária*, para melhor compreender a vigência democrática na Guiné-Bissau. Depois desse período, analisamos momentos iniciais do Movimento Nacional da Sociedade Civil. Evidenciamos algumas contribuições que o Movimento tem desenvolvido durante os 11 meses de conflito político-militar na Guiné-Bissau. Por fim, analisamos o repertório de cooperação que o Movimento utiliza para contribuir na edificação do Estado democrático guineense.

2 CAPÍTULO II

2.1 DEBATE TEÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Apesar de ser uma pesquisa das Ciências Sociais, importa evidenciar algumas contribuições da Sociologia e dar foco na contribuição dessa área no que tange aos estudos de movimentos, neste viés, a Sociologia faz parte das novas ciências que surgiram no século XVIII, para colmatar déficit deixado por outras ciências da época. O surgimento aconteceu num contexto específico e espacial, motivado pela “desagregação da sociedade feudal e da consolidação da civilização capitalista” ocidental (Martins, 1994). É pouco provável apontar o único criador desse campo científico, visto que foi resultado da “elaboração de um conjunto de pensadores que se empenharam em compreender as novas situações de existência que estavam em curso” (ibidem). Dentre os dois acontecimentos que tiveram uma relação simbiótica com a formação da sociologia: Revolução Industrial e a Revolução Francesa, a “a revolução industrial significou algo mais de que a introdução da máquina a vapor e dos sucessivos aperfeiçoamentos dos métodos produtivos”. Neste contexto,

Num período de oitenta anos, ou seja, entre 1780 e 1860, a Inglaterra havia mudado de forma marcante a sua fisionomia. País com pequenas cidades, com uma população rural dispersa, passou a comportar enormes cidades, nas quais se concentravam suas nascentes indústrias, que espalharam produtos para o mundo inteiro. Tais modificações não poderiam deixar de produzir novas realidades para os homens dessa época. A formação de uma sociedade que se industrializava e urbanizava em ritmo crescente implicava a reordenação da sociedade rural, a destruição da servidão, o desmantelamento da família patriarcal etc. A transformação da atividade artesanal em manufatureira e, por último, em atividade fabril, desencadeou uma maciça emigração do campo para a cidade, assim como engajou mulheres e crianças em jornadas de trabalho de pelo menos doze horas, sem férias e feriados, ganhando um salário de subsistência. Em alguns setores da indústria inglesa, mais da metade dos trabalhadores era constituída por mulheres e crianças, que ganhavam salários inferiores dos homens (MARTINS, 1994, p, 6).

A introdução da máquina na produção e a imposição de prolongadas horas de trabalho tiveram efeitos traumáticos sobre a população das cidades industrializadas e isto modificou radicalmente a forma habitual de vida. Essas convergentes modificações deram lugar ao um vertiginoso crescimento demográfico, sem possuir, uma estrutura de moradias, de serviços sanitários, de saúde, capaz de acolher a população que se deslocava do campo. Além do mais, verificou-se o “aumento assustador da prostituição, do suicídio, do alcoolismo, do infanticídio, da criminalidade, da violência, de surtos de epidemia de tifo e cólera que dizimaram parte da população inglesa” (ibidem).

Noutro momento, a França registou conflitos entre as “forças sociais ascendentes com típica monarquia absoluta que assegurava consideráveis privilégios”. Esse conflito resultou na tomada de poder pela burguesia em 1789, que decidiu investir contra a sociedade feudal e criar autonomia do Estado em face da Igreja Católica. Portanto,

O objetivo da revolução de 1789 não era apenas mudar a estrutura do Estado, mas abolir radicalmente a antiga forma de sociedade, com suas instituições tradicionais, seus costumes e hábitos arraigados, e ao mesmo tempo promover profundas inovações na economia, na política, na vida cultural etc. É dentro desse contexto que se situam a abolição dos grêmios e das corporações e a promulgação de uma legislação que limitava os poderes patriarcais na família, coibindo os abusos da autoridade do pai, forçando-o a uma divisão igualitária da propriedade. A revolução desferiu também seus golpes contra a Igreja, confiscando suas propriedades, suprimindo os votos monásticos e transferindo para o Estado as funções da educação, tradicionalmente controladas pela Igreja. Investiu contra e destruiu os antigos privilégios de classe, amparou e incentivou o empresário (MARTINS, 1994, p, 13).

Tanto na Inglaterra, quanto na França, intelectuais começaram a formular questões para compreender as mudanças sociais e políticas que se viviam. Nesta perspectiva, Emile Durkheim, um dos fundadores da sociologia afirmou que a partir de momento em que "a tempestade revolucionária passou, constituiu-se como que por encanto a noção de ciência social", (Martins, 1994).

Depois desses acontecimentos que assentaram bases para fertilização da sociologia como um campo científico, a sociologia parece ter emigrado da Europa para os Estados Unidos de América considerando os trabalhos da Escola de Chicago que durante quarenta anos (1910 – 1950) empenhou muito na valorização da sociologia como campo autónomo da investigação científica. Como descreve Maria da Glória Gohn (1997), a Escola de Chicago “gerou grande produção no campo das relações sociais, dando origem à chamada Tradição do Interacionalismo”. Portanto, a Escola torna útil para nossa compreensão teórica devido aos trabalhos levados a cabo pelos seus teóricos dessa instituição norte-americana. Esta produção,

Emergiu num contexto histórico marcado por grandes transformações sociais, impulsionado pela ideia de progresso. A escola tinha uma orientação reformista: promover a reforma social de uma sociedade convulsionada em direção ao que se entendia como seu verdadeiro caminho, harmonioso e estável (GOHN, 1997, p, 27).

Interesse nos estudos da Escola prende-se também com a concepção de seus intelectuais sobre a mudança social, processo de participação popular e de desenvolvimento comunitário, porque na concepção desses intelectuais,

A sociologia deveria buscar formular leis científicas para descobrir como a mudança social ocorria. Deveriam ser utilizados estudos comparativos e investigações sobre as condições particulares ocorridas onde se desenvolviam processos interacionistas, destacando-se àquelas relacionadas com a participação criativa dos indivíduos (GOHN, 1997, p, 28).

A mudança social passava pela perspectiva da reforma social e tendo a sociologia enquanto ciência, forneceria o conhecimento para tal. Nesta ordem, Herbert Blumer, considerado pioneiro na análise dos movimentos sociais, definiu os movimentos sociais com

Empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida. Eles surgem de uma situação de inquietação social, derivando suas ações dos seguintes pontos: insatisfação com a vida atual, desejo e esperança de novos sistemas e programas de vida (GOHN, 1997, p, 31).

Essa definição leva-nos a acreditar que em qualquer sociedade, existe um desejo de mudança que a priori se aglutina no campo subjetivo de indivíduos, principalmente no que se refere à concepção que tem de si próprias, de seus direitos e privilégios. A partir do momento que o campo subjetivo se sente ameaçado, os indivíduos começam logo a “desenvolver crenças e pontos de vista ou a ampliar os já existentes, numa emergência de novas escalas de valores a influenciar a forma como as pessoas passam a olhar para si próprias” (ibidem). A partir desse estágio, “as novas concepções dos indivíduos a respeito deles próprios chocar-se-iam com suas reais posições na vida, gerando insatisfação, disposição e interesse pela busca de novas direções” (Gohn, 1997). Assim sendo, os movimentos sociais se constituem por meio de “uma trajetória evolutiva” resumida em quatro estágios: inquietação individual, inquietação popular, formalização e institucionalização.

Além do mais, Blumer, citado por Maria Gohn, aponta cinco mecanismos e significados por meio dos quais os movimentos tornam-se aptos para crescer e se organizar: a agitação, o desenvolvimento de um *esprit de corps*, de uma moral, a formação de uma ideologia e, finalmente, o desenvolvimento de operações táticas (Maria, 1997). Um “*esprit de corps*” é importante nos movimentos sociais porque,

O desenvolvimento do *esprit de corps* é importante para criar uma atmosfera de cooperação entre os indivíduos de um movimento social e para reforçar as novas concepções de auto-leitura de si próprios, concepções geradas pelo processo de aprendizagem adquirido por meio da participação nos movimentos. Trata-se do sentimento de pertença, de identificação com o outro e consigo próprio, criando uma ideia do coletivo. O resultado deste processo gera fidelidade e solidariedade ao grupo e vigor e entusiasmo para com o movimento. O *esprit de corps* pode se formar por três vias: nas relações grupo a grupo de uma mesma categoria - estudantes, por exemplo: nos relacionamentos informais desenvolvidos em associações, por meio do

compartilhar de experiências comuns; e por intermédio de cerimônias formais em que se cristalizam certos comportamentos. Reuniões, manifestações, cerimoniais comemorativos, desfiles (GOHN, 1997, p, 34).

Ainda dessa concepção clássica norte-americana, a partir dos anos de 1930, Hebert Blumer já tinha destacado a importância para os movimentos sociais, do desenvolvimento de símbolos, como canções, slogans, poemas, hinos, gestos, indumentárias etc. Quanto às táticas, autor definiu três linhas: “adesão, manutenção, (dos adeptos), e construção de objetivos”.

Porém, a segunda metade do século XX, ficou marcada pelas transformações políticas nas sociedades norte-americanas motivadas pelos movimentos sociais de direitos civis, factos que contribuíram diretamente no surgimento de novas teorias contemporâneas norte-americanas da ação coletiva e dos movimentos sociais. Destas correntes teóricas, surgiu a chamada Teoria da Mobilização dos Recursos, daqui em frente, passa a ser designada de TMR. Esta teoria rejeitou a ênfase que o paradigma clássico dá aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos. Em defesa, a TMR enquadra as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais, a partir dessa defesa, a TMR passa a ser a teoria dominante nas análises norte-americanas de movimentos sociais, incorporando temas e problemas que não vinham sendo contemplados. Fortemente, essa corrente teórica argumenta que, “os movimentos sociais são abordados como grupos de interesses. Enquanto tais são vistos como organizações e analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição” Maria, 1997.

Como diz o nome, a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), assenta sua importância nos recursos humanos, financeiros e de infraestrutura variada. Por isso que a teoria vê o surgimento dos movimentos sociais quando os recursos tornassem viáveis. Nesta perspectiva,

[...] os movimentos surgem quando se estruturam oportunidades políticas para ações coletivas, assim como quando facilidades e líderes estão em disponibilidade. Os movimentos também estruturam o seu cotidiano segundo o estoque de recursos que possuem, sendo os principais os econômicos, humanos e de comunicação, (GOHN, 1997, p, 51).

Portanto, longe de emotiva, a decisão de agir seria ato de deliberação individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos. Ainda nesta perspectiva da TMR segundo Angela Alonso,

[...] a ação coletiva só se viabilizaria na presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização, isto é, da coordenação entre indivíduos doutro modo avulsos. A criação de associações ou, mais comumente, o uso de estruturas comunitárias preexistentes, daria a base organizacional para os movimentos sociais (ALONSO, 2009, p, 52).

Na TMR, os movimentos sociais não são diferentes dos partidos, lobbies e grupos de interesses, porque “eles jogam e disputam seu público consumidor, de adeptos ou financiadores, num mesmo campo” (ibidem). Para TMR, os movimentos que teriam sucesso seriam aqueles que possuíssem atributos de uma organização formal hierárquica. Seus líderes eram seus organizadores: profissionais com dedicação integral ao trabalho e capacidade para a mobilização efetiva de suportes externos. A explicação privilegia a racionalidade e a organização e nega relevo a ideologias e valores na conformação das mobilizações coletivas, (Angela, 2009).

Pode-se observar que os teóricos desse pensamento concebem os movimentos sociais em termos de um setor de mercado, em competição com outros para obtenção de adeptos e recursos. A partir dessa visão, a TMR recebeu muitas críticas, dentre quais, Myra Marx Ferree (1985, 1992), que sustenta sua crítica sobre “visão dos movimentos sociais para TMR é burocrática”. Na mesma ideia, Jean Cohen (1985), ataca a MR, porque “excluía valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados” (Maria, 1997). Além do mais, a teoria “pressupõe um ator individual, sem levar em conta o problema da formação de uma identidade coletiva (Piven e Cloward, 1995 *apud* Angela, 2009). Doutra parte, Angela Alonso afirma que a TMR “prima por uma análise conjuntural, sem vincular os movimentos a macroestruturas ou situá-los em processos de mais longo alcance”.

Aparentemente, a Teoria do Processo Político (TPP) apresenta melhorias nas suas análises em relação a TMR, por enquadrar fenômenos macro-históricos nos estudos de movimentos sociais, investindo profundamente numa teoria da mobilização política. Na sua defesa, a TPP supõe que “a coordenação dentre os potenciais ativistas é crucial para produzir um ator coletivo, mas os agentes coletivos não são preexistentes; eles se formam por contraste durante o próprio processo contencioso” (Angela, 2009). Nesta concepção, a TPP traz à tona uma questão cultural: coordenação ou solidariedade, que também essa “coordenação depende de solidariedade, produto de *catnet*, isto é, da combinação entre o pertencimento a uma categoria (*catness*) e a densidade das redes interpessoais vinculando os membros do grupo entre si (*netness*) (Tilly, 1978, p. 74 *apud* Alonso, 2009, p. 55). Solidariedade neste sentido é útil para atrair mais aderências e na definição dos objetivos, mas por si só, não gera ação, por isso que é importante criar uma estrutura de mobilização como “recursos formais, como organizações civis, e informais, como redes sociais, que favorecem a organização”. A mobilização é entendida nesta perspectiva como “processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação” Alonso, 2009.

Desse modo, a TPP retoma a cultura como importante instrumento explicativo, considerando identidades e ideologias como recursos culturais extremamente relevantes para mobilização e para militância. Também incorporou elementos juntos a outro paradigma, que no passado, era lembrado em momentos muito específicos, quando se precisava reafirmar as próprias posições ou para negá-lo: neste caso concreto do paradigma marxista, ao

resgatar algumas premissas do paradigma tradicional da ação coletiva (como as reivindicações e privações culturais) e alguns postulados de análises marxistas (de que reivindicações são frutos de condições estruturais que criam as privações), articulou estes resgates com a questão central da abordagem dos Novos Movimentos Sociais (a da identidade coletiva) e construiu novas explicações sobre como os adeptos de um movimento social pensam sobre si próprios, como compartilham as suas experiências e as reinterpretem em contextos de interação grupal (GOHN, 1997, p. 77).

As oportunidades políticas, os símbolos e códigos construídos no processo de mobilização, são vistos como recursos, instrumentos, meios para certos fins, num ambiente onde se tem oportunidades e constrangimentos (ibidem). Apesar de ter se estabelecido como novo referencial teórico para compreender os movimentos sociais, a Teoria do Processo Político foi alvo de intensos debates e críticas. Primeiro caso, destaca-se o trabalho de McAdam, McCarthy e Zald, publicado em 1996, intitulado “Comparative Perspectives on Social Movements”. Trata-se de uma coletânea de artigos centrados em estudos teóricos e empíricos que utilizam a metodologia comparativa, em que categoria central é a das oportunidades políticas. Na parte introdutória dessa coletânea, eles afirmam que “o tipo de oportunidade política pode influenciar os movimentos, mas eles são mais influenciáveis pelas formas organizacionais e ideológicas existentes entre os insurgentes”, Maria, 1997. Esses autores concluem que “os movimentos poderão amplamente nascer de oportunidades do meio ambiente, mas seu destino é pesadamente formado por suas próprias ações” (McAdam, McCarthy e Zald, 1996: 15, apud Gohn, 1997).

No segundo momento, Jeff Goodwin (1996), elaborou críticas à Teoria do Processo Político, destacando que a “tese das oportunidades políticas permanece conceitualmente confusa e imprecisa, e como resultado os estudos realizados são tautológicos, triviais, ambíguos e insuficientes” (Goodwin, 1996: 17, apud Gohn, 1997, p. 108). Ele destacou ainda que os pressupostos da TPP excluem os “códigos culturais, reduz a compreensão da cultura a uma perspectiva instrumental, e só trabalha com movimentos que a auxiliam na área da contracultura”. Por outro lado, Maria da Glória Gohn (1997), também criticou a TPP. Na sua principal crítica, ela afirma que a teoria “não consegue se desprender da análise sistêmica das

teorias americanas anteriores”. Neste caso, a TPP vê dinamismo apenas “num dos pólos da sociedade - vista em termos sistêmico”, o que dificulta a compreensão de outras dinâmicas sociais que acontecem além “das elites dominantes, atuando por meio de políticas públicas ou outros mecanismos político-institucionais da sociedade política”. Maria entende que “os estímulos aos movimentos ocorreriam quando houvesse enfraquecimento das elites”. Por fim, ela ressalta que a Teoria da Mobilização Política representa “um avanço em relação a todas as outras teorias já produzidas pelo paradigma norte-americano. Ela introduz a política e localiza as ações nas estruturas macrosociais”. Mas “está ainda muito presa ao modelo da racionalidade instrumental”, (Gohn, 1997, p, 113).

Em terceiro momento, entra em debate e da Teoria de Novos Movimentos Sociais que tem como teóricos Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe, entre outros, que ao longo dos seus estudos partiram para a criação de esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais quotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado. O que caracteriza a teoria de seguinte maneira,

Em primeiro lugar a construção de um modelo teórico baseado na cultura. Os teóricos dos NMS negaram a visão funcionalista da cultura como um conjunto fixo e predeterminada de normas e valores herdados do passado. Apesar de trabalharem com as bases marxistas do conceito, que vê a cultura como ideologia, eles deixaram de lado a questão de ideologia como falsa representação do real. Em segundo lugar, a negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente ocorre. Apesar da simpatia dos teóricos dos NMS pelo neomarxismo, que enfatiza a importância de consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva, o marxismo foi descartado porque trata da ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade. Por isso ele não daria conta de explicar as ações que advêm de outros campos, tais como o político e, fundamentalmente, o cultural; o que ocorre é uma subjugação desses campos ao domínio do econômico, matando o que existe de inovador: o retorno e a recriação do ator, a possibilidade de mudança a partir da ação do indivíduo, independente dos condicionamentos das estruturas. Em terceiro lugar, o novo paradigma elimina também o sujeito histórico redutor da humanidade, predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela "consciência autêntica" de uma vanguarda partidária. Ao contrário, o novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários. Em quarto lugar, a política ganha centralidade na análise e é totalmente redefinida. Deixa de ser um nível numa escala em que há hierarquias e determinações e passa a ser uma dimensão da vida social, abarcando todas as práticas sociais (Laclau e Mouffe). Em quinto lugar, os atores sociais são analisados pelos teóricos dos NMS prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo. (GOHN, 1997, p-p. 121-123).

A Teoria de Novos Movimentos Sociais demarcou-se das duas correntes anteriores e vê os movimentos sociais como agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil, porque

[...] nasceriam na sociedade civil e, portadores de uma nova “imagem da sociedade”, tentariam mudar suas orientações valorativas. Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil (ALONSO, 2009, p. 61).

Por conseguinte, Alain Touraine (1989), demonstra que as novas mobilizações não têm uma base social demarcada, porque seus autores definem por formas de vida e não por uma atividade ou trabalho. Nesta ótica, os “novos sujeitos” não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. A pretensão desses novos sujeitos não é organizar para combater ao Estado, nem com a finalidade de combater-lo, mas, exigir possíveis mudanças advindas do Estado. Segundo Jurgen Habermas, (1981), a partir de uma nova zona de conflito, motivado pelo processo de colonização do “mundo da vida”, configuram

[...] “novos movimentos sociais”, não mais motivados por questões redistributivas, mas empenhados numa luta simbólica em torno de definições da boa vida. Os novos movimentos sociais seriam, então, formas de resistência à colonização do mundo da vida, reações à padronização e à racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos (Habermas, 1981, p. 33 apud Alonso, 2009, p. 62).

Habermas, contudo, distingue dois tipos: movimentos de libertação, de caráter emancipatório, demandantes da universalização de direitos, de caráter ofensivo; movimentos defensivos, divididos em dois subgrupos; os tradicionais, que pautam pela defesa das propriedades e os movimentos novos contra a colonização do mundo da vida.

Pois, a Teoria de Novos Movimentos Sociais também foi alvo de críticas e discussões. Maria da Glória afirma que a TNMS “está incompleta porque os conceitos que a sustentam não estão suficientemente explicitados”. Porque, segundo ela, o que temos é “um diagnóstico das manifestações coletivas contemporâneas que geraram movimentos sociais e a demarcação de suas diferenças em relação ao passado”. Estes movimentos, por sua vez, “geraram certas mudanças significativas, tanto na sociedade civil como na política” Gohn, 1997.

A partir dessas críticas quer dirigidas para os teóricos clássicos, quanto para os contemporâneos, conclui-se que os movimentos sociais continuam sendo dinâmicos, dependendo dos problemas em causa. Neste sentido, é difícil atribuir uma definição capaz de abarcar todos elementos a volta dos movimentos. Todavia, concordamos em tomar como referência a definição da Maria da Glória Gohn (1997), ao analisar movimentos sociais na América Latina e sintetizou que,

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados (GOHN, 1997, p, 251).

Os movimentos sociais nesta perspectiva, são detentores de mudanças sociais e políticas nas esferas públicas, privadas ou em outras circunstâncias da vida. Na mesma ótica, Alberto Melucci (1994, *apud* Maria da Gohn, 1997), defende que os movimentos “têm a capacidade de produzir novas formas de nomeação da realidade e desmascarar velhas maneiras de agir”. Nessa fala de Melucci, podemos perceber que os movimentos não só mudam “velhas maneiras de agir”, mas, em algumas circunstâncias, os movimentos sociais também “questionam a organização da política” atual ou futura, aliás, movimentos sociais sempre se mantêm atento quer para o mantimento de status quo, quando para mudança. É nesse sentido que Alain Touraine assinala que os movimentos “são as forças centrais da sociedade por serem sua trama, o seu coração. Suas lutas não são elementos de recusa, marginais à ordem, mas, ao contrário, de reposição da ordem” (Touraine, 1977, *apud* Maria da Gohn, 1997). O importante nestes dois casos, é perceber que os movimentos sociais atuam para promover ou para resistir às mudanças, dependendo se as circunstâncias favorecem ou atingem negativamente os interesses dos atores envolvidos.

Na contemporaneidade, torna ainda mais difícil situar os movimentos sociais devido as novas questões que se colocam, por exemplo: quais devem ser as fronteiras entre os movimentos sociais com os estados? Qual deve ser o papel de movimentos sociais num Estado

democrático? Essas questões premam a discussão atual, principalmente nos países onde as lutas de movimentos sociais estão tendo mais visibilidade. Para tal, três pontos tornam chave na abordagem metodológica para o estudo dos movimentos sociais nos dias atuais: primeiro, o estudo de sua natureza social para compreender como os indivíduos se engajam em ações coletivas; segundo, compreensão de sua dinâmica, tomando em conta os processos de difusão e comunicação que criam com facilidade as redes de solidariedade e o repertório das ações; terceiro e último, análises críticas de seus resultados por meio de ciclos de ondas de protestos que são os principais catalisadores de mudanças sociais. Para Tarrow (1994, *apud* Gohn, 1997), o estudo dos movimentos sociais tem “caráter específico, complexo e histórico, porque as forças sociais de uma nação estão em contínuo movimento”.

Desse modo, é preciso extrapolar alguns conceitos e concentrar nossa atenção nas definições capazes de responder ao desafio desse trabalho no geral e as perguntas ora colocadas, porque os movimentos como “fenômenos sociais, históricos e, portanto, flexíveis e mutáveis, as lutas e demandas passam, nos dias atuais, a se realizar de outras maneiras”. Com essas novas caracterizações, faz-se necessário imprimir alguns “esforços teóricos para compreender as novas formas de ativismo e de organizações civis (Lerbach, 2011). Sendo assim, se definimos que os movimentos são inerentemente distintos do Estado, com seu próprio campo de atuação, seus objetivos, regras internas e suas lideranças e atuam essencialmente fora do Estado, seus ativistas podem “interagir com o Estado, mas não participam diretamente da gestão estatal” (Abers; Bulow, 2011). Portanto, não é tão fácil assim taxativamente traçar fronteiras entre os movimentos sociais e Estado, porque em outros espaços,

Os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas. Como parte desses esforços, muitas vezes se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos. Essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado (ABERS; BULOW, 2011, p. 65).

Ao analisar movimentos sociais no Brasil, Rebeca Abers e Marisa Von Bulow (2011), constataram um processo intenso de aproximação entre atores sociais e estatais, evocando os mecanismos de interações como: orçamento participativo e conselhos de gestores. Estas interações resultaram na incorporação “de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais e a formação de novos movimentos sociais a partir da interlocução entre ativistas dentro e fora do Estado”. Nesse contexto, onde os movimentos lutam arduamente por

uma maior abertura democrática e participativa nos processos decisórios, os ativistas, frequentemente, cruzam as fronteiras, trabalhando em alguns momentos em organizações da sociedade civil e em outros momentos em órgãos estatais.

Em alguns casos, ativistas deixam suas funções nos movimentos para atender as nomeações aos cargos estatais, isto leva-nos a acreditar que os movimentos sociais, enquanto atores da Sociedade Civil, serve como “lugar de recruta para os partidos políticos” e estados (Bahi; Santos, 2014). E baseando nos resultados de governos de Lula, percebe-se que os ativistas que integraram os governos, levaram consigo, as demandas dos movimentos e incorporaram isso na agenda governamental. Em outras palavras, muitas políticas públicas desenvolvidas por esses governos são oriundas de movimentos sociais, disto, podemos perceber que a relação de movimentos com estados não necessariamente precisa ser de conflito, mas em algum momento, de consenso também. Assim sendo, é relevante de um lado, problematizar sobre como e quando os movimentos sociais precisam construir uma frente de enfrentamento contra o Estado, por outro, é de extrema importância compreendermos como, às vezes, movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal. Apesar de tudo isso, é preciso chamar atenção por um perigo à vista, porque,

Uma vez que se tornam parte do Estado, os indivíduos precisam prestar contas das suas ações a interesses e atores que vão além do movimento social ao qual pertencem. Estão inseridos em uma hierarquia que limita a sua autonomia e que submete suas ações ao poder de veto de atores com uma lógica distinta, em especial a lógica da política partidária e da criação de coalizões de governo. O resultado pode ser que, ao entrar para o aparato estatal, ativistas de movimentos sociais passem a defender posições mais moderadas ou até contrárias à missão do movimento (ABERS; BULOW, 2011, p. 78).

Esta chamada de atenção é importante para que os ativistas de movimentos sociais não façam de movimentos, seus partidos políticos para chegar ao poder. É sim, importante um ativista social assumir cargo no estado, mas não indispensável a tal atitude. Ou seja, movimentos sociais atuam fora do Estado, criam as vezes relações conflituosas com o Estado, mas, em nenhuma circunstância, o objetivo é assumir o poder. Em alguns casos, alguns movimentos sociais acabam por desaparecer tendo em conta a entrada massiva de seus dirigentes no aparelho estatal. Isto talvez, deveu-se porque os dirigentes em ativo trocam suas funções sociais com estatais. Se assim for, é parte mais egoísta e negativa para vida de um movimento. É aconselhador neste caso, que os movimentos sociais indiquem figuras para integrar governos, podem ser antigos dirigentes, simpatizantes ou aqueles que António Gramsci chama de intelectuais orgânicos, comprometidos com a causa.

2.2 REPERTÓRIO DE AÇÕES

Tomar repertório de ação como parte fundamental para compreender os movimentos sociais tem grande importância por ser uma categoria que nos permite acompanhar como os movimentos se organizam em torno de um problema. Sua definição foi formulada por Charles Tilly em 1978. De uma forma generalizada, ele defende que,

Num dado ponto do tempo, o repertório de ações coletivas disponível para uma população é surpreendentemente limitado. Surpreendente, dadas as muitas maneiras pelas quais os grupos existentes perseguiram seus próprios fins comuns num tempo ou noutro (Tilly, 1978: 151-152, apud Alonso, 2012, p. 23). ... repertório [é] “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY, 1995, p. 26, apud ALONSO, 2009, p. 58).

Segundo Angela Alonso (2009),

Os agentes, em meio ao processo de luta, escolheriam dentre as maneiras convencionalizadas de interação presentes no repertório aquelas mais adequadas à expressão de seus propósitos. Isto é, os agentes atribuíram o sentido às formas, que pode ser tanto de contestação quanto de reiteração da ordem. É o caráter vazado, sem semântica, do repertório que permite sua partilha entre atores opostos. Isto é, o repertório de ação coletiva não é peculiar a um grupo, mas a uma estrutura de conflito (ALONSO, 2009, p. 58).

Repertório de ação aqui defendido, inclui as variadas formas de greve, envio de petição, queixas, demandas e etc. De tudo isso, o repertório pode ser resumido como um conjunto de formas de ação, que

[...] as pessoas num dado tempo e lugar aprendem a executar um número limitado de rotinas de ação coletiva alternativas, adaptando cada uma a circunstâncias imediatas e às reações de antagonistas, autoridades, aliados, observadores, objetos da ação, e outras pessoas de alguma maneira envolvidas na luta (TILLY, 1995: 27, apud ALONSO, 2012, P. 25). [...] Cada rotina no interior de um repertório estabelecido de fato consiste de uma interação entre duas ou mais partes. Repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflito, não a atores isolados (Tilly, 1995: 30, *ibidem*).

Ao analisar ciclos de protestos, Sidney Tarrow observou que “os movimentos constroem um repertório fixo de símbolos e imagens na cultura política. Esta construção se dá por meio de lutas” (Gohn, 1997). Nesta perspectiva, “a cultura política não é um repertório herdado do passado mas algo construído no processo social”. Portanto, repertórios são estratégias que podem ser operacionalizadas de maneiras diferentes por todos aqueles que participam do movimento. Em outras palavras, repertórios de ação são mecanismos que os movimentos

sociais utilizam para reivindicar suas pautas junto do oponente. Exemplo de marchas pacíficas, petições, paralisações, ataques as instituições destinatárias, de uma maneira individual, greve de fome e etc.

Importa sublinhar e contrariando Sidney Tarrow ao observar que o repertório é fixo, porque na nossa compreensão, as demandas ditam bases para definição do repertório, neste sentido, repertório é maleável, dependendo das pautas, os interesses de seus líderes e das redes de solidariedade. Um único repertório não vai ser útil para todos os ciclos de protestos, há que haver inovação porque

[...] os repertórios são históricos e não pertencem aos atores do movimento por si sós. Eles são criados por meio da integração entre os protagonistas dos movimentos e seus oponentes. As autoridades podem responder à difusão dos novos repertórios usando repressão, incorporação ou desenvolvimento de estratégias de novos controles sociais. Os novos repertórios são fundamentais para estimular as mudanças, especialmente nas primeiras fases de um ciclo de protesto, quando o grupo está criando sua identidade social (MCADAM, TARROW E TILLY, 1996: 23, apud GOHN, 1997, p. 110).

Desse modo, é quase impossível pensar repertório sem fazer uma ligação estrita com as lideranças. Queremos com isso afirmar que, para que haja cobranças por parte dos movimentos juntos dos Estados, na maioria de casos, é preciso ter líderes capazes de definir e assumir essas demandas. Neste caso, torna fundamental o papel dos líderes na definição dos significados aos movimentos, como descreve Friedman e McAdam (1992),

A maioria dos movimentos sociais surgem não porque indivíduos isolados decidem participar de lutas. Antes, grupos estabelecidos definem metas, planos, fazem acordos, estabelecem obrigações etc. Em resumo, um movimento nunca é um processo espontâneo, criado a partir apenas de necessidades ou da vontade de indivíduos isolados, GOHN, 1997, p. 163).

É óbvia no nosso dia-a-dia perceber o importante papel de lideranças na vida dos movimentos sociais como afirma Melucci, (1996), em que as lideranças “são elas que promovem a busca de objetivos, desenvolvem estratégias e táticas para a ação e formulam uma ideologia”. Ainda desse argumento, autor percebe que a “penetração do movimento na sociedade, a lealdade e o envolvimento de seus membros, o consenso de diferentes grupos sociais, tudo depende da ação de líderes” (Melucci, 1996: 332, apud Gohn, 1997). Ao que podemos perceber na intenção desses teóricos é a afirmação de que as lideranças são elementos-chave para construir e manter a identidade coletiva de um grupo; para gerar inovações, assim como para articular o movimento em suas conexões e redes. Lideranças incentivam e definem o repertório de ação dos movimentos sociais. Ou seja, não existe repertório sem líderes, porque

os movimentos sociais se formam quando cidadãos comuns, em maioria de casos, “encorajados por líderes, respondem às mudanças trazidas por novas oportunidades políticas, quando contam com aliados e revelam a vulnerabilidade de seus oponentes (Tarrow, 1994: 18 e 23, *apud* Gohn, 1997, p. 101).

Além dos líderes, repertório também precisa de redes, porque as redes em termos políticos, tornam geradores de solidariedade, acabando por dar suporte aos movimentos e as estruturas de mobilização, que os ligam entre si. Lerbach (2011), entende as redes da seguinte maneira,

[...] para alguns, rede substitui a categoria movimento social, enquanto, para outros, é um recurso a ser utilizado pelos movimentos, e, numa terceira percepção, o conceito de rede é percebido dentro do campo das práticas civis, sem uma conotação política. Podemos pensar nas redes que sustentam o próprio movimento, internamente, e nas redes que se formam entre os diferentes grupos. O fato é que, percebidos sob o nome de movimentos, de redes, de mobilizações ou de ativismo, etc., nem as lutas e nem os atores deixaram de existir, (LERBACH, 2011, p. 17).

2.3 A RELAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS COM O ESTADO

A interação entre os movimentos e estados faz parte dos pacotes em debate ao nível da academia, quer no âmbito político, tanto no âmbito social. A preocupação central dos analistas é sempre encontrar um enquadramento que possa cilindrar o papel de movimentos sociais junto aos estados no que concerne à cooperação, a autonomia e o conflito. Ao analisar os movimentos sociais no Espírito Santo nesta perspectiva, Euzeneia Carlos (2012), compreende que “movimentos sociais desenvolvem relações complexas e diversificadas com o Estado, em vez de constituírem modelos puros, coerentes e estáveis, muitos deles combinam dimensões multifacetadas da ação coletiva”. Ainda nesta análise, autora chama atenção que,

A compreensão dos movimentos sociais em sua relação com as instituições políticas requer uma análise dinâmica que acentue os aspectos de co-constituição entre a sociedade civil e o Estado, como esferas que interagem e se influenciam mutuamente em um processo contínuo e circunstancial, cujas fronteiras são imprecisas e enevoadas (SKOCPOL, 1992 *apud* CARLOS, 2012, p. 3).

Essa perspectiva é relevante porque nos conduz a tomar as sociedades e os estados como produtos de um processo dinâmico e contingente de mútua constituição. Assim sendo, pode acontecer as contrariedades ao mesmo tempo: conflito e cooperação. Neste sentido,

É preciso admitir que movimentos sociais se engajam em um conjunto de atividades que não necessariamente implica em relação de conflito com os detentores de poder. Conforme argumentam os autores, em sociedades complexas, movimentos também cooperam com o Estado, especialmente na solução de problemas públicos, na elaboração e na implementação de políticas (públicas). Desse modo, os movimentos sociais “intervêm nos processos políticos de duas formas: desafiando as políticas ou propostas existentes e colaborando na elaboração e implementação de políticas governamentais.” (GIUGNI; PASSY, 1998, p. 82, *apud* CARLOS, 2012, p. 4).

Assim sendo, argumenta aurora,

Os estudos baseados na suposição de que movimentos sociais formam um sistema conflitivo em oposição as autoridades políticas, tendem a associar a interação de movimentos com o Estado a um processo de “institucionalização do movimento”. Nessa abordagem, a institucionalização do movimento social é concebida como a sua integração às estruturas do Estado, a mudança no repertório de confronto e a busca de benefícios concretos através da negociação e acordo (TARROW, 1997; MEYER; TARROW, 1998; McADAM; TARROW; TILLY, 2001). Nesse enfoque, a institucionalização do movimento produz efeitos de complexificação em sua estrutura organizacional, expressos pela rotinização, burocratização e profissionalização da ação coletiva (MEYER; TARROW, 1998; KRIESI, 1999; PIVEN; CLOWORD, 1979). A complexificação organizacional do movimento traria como consequências a mudança em seus objetivos de fundação, a desmobilização dos militantes, a cooptação dos ativistas e a sua transformação em grupos de interesse ou partidos políticos (CARLOS, 2012, pp. 4-5).

Há que tomar certos cuidados na hora de participarmos na institucionalização dos movimentos sociais, as vezes, quando os “atores sociais forem institucionalizados e têm acesso ao sistema político, são cooptados, mudam as suas reivindicações e perdem a sua autonomia”. Não é de negar tanto, que, quando os autores de movimentos sociais integram aparelho estatal, perdem o argumento e barganha de negociação em defesa dos movimentos, mas, uma questão que abordamos numa ocasião, pode ser retomada aqui. É plausível a entrada dos atores sociais nas instituições estatais, mas isso não pode acarretar um prejuízo enorme aos movimentos e a luta. Na nossa compreensão, os movimentos precisam manter fortes as suas estruturas de mobilização: redes de solidariedade, bem como os repertórios da ação. Até um certo ponto, os dirigentes de movimentos sociais podem participar na elaboração e na fiscalização de políticas do Estado. Neste sentido, quando é necessário a integração aos governos, não precisam ser necessariamente esses altos dirigentes a frente de movimentos, mas sim, simpatizantes, antigos dirigentes ou intelectuais orgânicos. Não é de esperar que os movimentos atuem com a finalidade de assaltar o poder estatal, se assim for, os movimentos perdem o foco e desaparecem logo. Porque o Estado, além de ter o monopólio da violência uma das estratégias para silenciar as vozes contestárias é institucionalizar as mesmas.

Portanto, se os movimentos são definidos como meios pelos quais a sociedade civil cobra do Estado, é normal que haja uma cooperação entre os dois com o objetivo de atingir certas finalidades. A cooperação não atinge negativamente a autonomia dos movimentos, se for bem gerida, mas, é totalmente diferente da oposição que se caracteriza pelo desacordo com as prioridades, decisões e políticas governamentais. Desse modo,

A cooperação se estabelece no plano da solução de problemas sociais e da contribuição com o Estado na elaboração, implementação ou “execução” de políticas públicas, em que movimentos sociais colaboram com o seu conhecimento e informação sobre dada política pública. Três ressalvas são necessárias na noção de cooperação aqui adotada: (1) a concordância quanto aos fins da ação raramente é completa, dada a assimetria de poder e de interesses entre os atores societais e os estatais; (2) a cooperação com o Estado na elaboração, implementação e execução de políticas públicas não é extensiva ao nível do consenso quanto às políticas governamentais; (3) os movimentos são ambivalentes e utilizam uma estratégia de combinação entre conflito e cooperação, denominada “cooperação conflitual” (GIUGNI; PASSY, 1998, apud CARLOS, 2012, pp. 10-11).

Essa cooperação também tem um risco enorme aos movimentos sociais em relação a sua capacidade crítica de cobrança e de autonomia. Desde

[...] risco de dependência e submissão, de atrelamento e cooptação; de perda da autonomia, de distanciamento da base social; de impedimento de ações contrárias e críticas ao governo; de vinculação da imagem do movimento com a do governo; e risco de perda da capacidade de discussão e proposição. No contexto de engajamento na política institucional, de um lado, o estabelecimento de interações cooperativas na relação sociedade-Estado favorece o acesso ao ambiente institucional, aos agentes governamentais e a influência na agenda política; de outro, o excesso de colaboração e de vínculos institucionais com o Estado pode reduzir o potencial de pressão e influência do movimento e favorecer a perda de autonomia e a dependência dos atores societais (CARLOS, 2012, p. 12).

Porém, ao analisarmos outra face dos movimentos sociais: oposição, é preciso responder esta pergunta: até que ponto é necessário os movimentos sociais se oporem aos estados? Isto é possível porque os movimentos sociais têm focos para promover mudanças e ao mesmo tempo, são vistos como esforços para resistir às mudanças, dependendo mais uma vez, das circunstâncias que os envolvem com os estados. Ou seja, os movimentos sociais não podem deixar ser usados como instrumentos de manipulação dos estados, quando estes últimos não se interessam pelas vozes vindas da sociedade civil. Construção de uma Nação prescreve a participação de todos, portanto, em alguns estados onde a democracia é simplesmente disfarce, movimentos sociais precisam ser vigiantes e prontos às manobras estatais. É por isso que, não existem limites na hora de acordar o Estado. Atuação de movimentos sociais reflete o quanto profundo é o sono.

2.4 REVOLUÇÃO DO HAITI: UM TRIUNFO DAS AÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS?

A mais justa homenagem que possamos render aos revolucionários haitianos, por serem eles a abrirem o caminho da nossa liberdade, é tomar a Revolução como marco referencial deste trabalho. É óbvio que outras revoluções fizeram ecos indeléveis em distintos quadrantes do mundo, mas a haitiana é aquela que vem de nós, por nós, dentro de nós e perto de nós. É uma Revolução política e social que traz toda reflexão merecida com seus marcos paradigmáticos da ordem mundial. Neste sentido, a partir da emblemática obra intitulada “Manifesto Comunista” (1848), Karl Marx e Friedrich Engels têm demonstrado que as lutas sempre fizeram presentes na história da humanidade. Apesar dessa análise olhar para este antagonismo como lutas de classes, esses autores oferecem alicerces importantes para compreender que, no momento em que um lado se sente “lesado”, o ativismo seria o melhor remédio para contrapor. Neste sentido, quando estes autores afirmam que as lutas foram marcadas entre o,

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta, (MARX; ENGELS, 1999, p, 7).

Estes autores estão a problematizar que o antagonismo cria duas possibilidades: de um lado está a força estrangeira com suas políticas de ocupação, pilhagem e subjugação de culturas locais e de outro, estão os grupos étnicos que lutam para impedir a penetração dessa força e pela manutenção de suas culturas, realidades e status quo. Neste sentido, o confronto dessas duas posições antagónicas se desembocou em confrontos de ideias até de confrontos materiais. É com base do reconhecimento de quanto foram injustas as atuações coloniais no Haiti que os africanos, vendo suas liberdades negadas pela França decidiram levar em marcha suas ações com vistas a recuperar suas liberdades. Como foi posto a priori, a Revolução do Haiti, no final do século XVIII, chamava atenção para os dois mundos: do lado do colonizador, despertava o medo de que um dia o subjugado há de se defender e assumir seu próprio destino; de outro, mostrava ao mundo dos subalternos que o sistema já tem dias contados, porque tudo é possível só por meio da revolução. A arma da nossa liberdade está na marcha das nossas ações revolucionárias que nos conduzirão ao triunfo final.

Importante abrir parênteses e afirmar que é óbvio que esses acontecimentos são totalmente distantes, mas a Revolução do Haiti é um marco referencial para pensar qualquer revolução do colonizador. Ao mesmo tempo que estamos cientes de que esta análise pode

suscitar um desconforto para quem está interessado neste assunto, nossa maior preocupação é trazer à luz do dia, a tomada de consciência por parte de quem se sente lesado com o sistema. Porém, tomar a Revolução Haitiana como um marco indelével, mostra o quanto torna necessário fugirmos de um certo caminho traçado e tradicionalmente, somos convidados a seguir os mesmos paços. Haiti deu ao mundo uma luz de liberdade. Isto mostra que era possível quebrar com paradigmas, não importa em que condição podia ser. O importante é saber que, mesmo estando nas plantações, nas indústrias, nas florestas ou em outras circunstâncias de vida, pode haver revolução para assumir protagonismo de nossas histórias e de nossos destinos, porque esses,

[Homens e mulheres escravizados] trabalharam na terra e, como os camponeses revolucionários de qualquer lugar, desejavam o extermínio de seus opressores. Mas, trabalhando e vivendo juntos em grupos de centenas nos enormes engenhos de açúcar que cobriam a Planície do Norte, eles estavam mais próximos de um proletariado moderno do que qualquer outro grupo de trabalhadores daquela época, e o levante foi, por essa razão, um movimento de massas inteiramente preparado e organizado. Pela dura experiência, aprenderam que esforços isolados estavam condenados ao fracasso, e nos primeiros meses de 1791, dentro e nos arredores de Le Cap, eles estavam se organizando para a revolução, (JAMES, 2000, p. 91).

Com este argumento de Cyril Lionel Robert James pode-se concluir que a França estava enganada, quando pensava que criava uma situação “normal” no Haiti onde para os homens escravizados, cumprir com as ordens de senhores de plantações era o único momento normal de suas vivências. Por outro lado, a França duvidava da capacidade organizacional desses homens e os direitos reivindicados na metrópole sob a bandeira da “Revolução Francesa” excluía estes homens e mulheres da plantação. Dale Tomich (2009), deixa bem claro como a ignorância da França na época impediu aos senhores de plantações de enxergar com profundidade, a revolução que estava em curso,

A capacidade de “escravos” africanos almejarem a liberdade, desenvolverem estratégias para assegurá-la e fundarem um Estado independente por meio do levante revolucionário estava fora do quadro de compreensão do pensamento ocidental, mesmo enquanto a Revolução acontecia. As discussões do período [...] “revelam a incapacidade dos contemporâneos de entender em seus próprios termos a revolução em curso. Eles podiam ler as notícias apenas com suas categorias preconcebidas, e essas categorias eram incompatíveis com a ideia de revolução escrava” (TROUILLOT, 1995 apud TOMICH, 2009, p, 183).

Dale Tomich ao citar Rolph Trouillot, argumenta que a Revolução de Haiti de 1791, era impensável em seu tempo porque, “ela não podia ser pensada no escopo de alternativas possíveis porque faltavam à Europa os instrumentos de pensamento”. O argumento é que a

França era incapaz de problematizar o acontecimento, incapaz de criar conceitos, métodos e técnicas necessárias para compreender a Revolução. Esta ignorância da França era motivada pelo pensamento ignorante europeu de hierarquizar as raças e saberes, cabendo por retirar do outro, a capacidade de ser agente protagonista de sua história e de seu próprio destino, como afirma Tomich,

As categorias ontológicas e políticas do pensamento europeu, fossem elas conservadoras ou liberais, eram formadas nos quadros de uma ordem hierárquica de humanidade estabelecida durante o Renascimento, e refinada e consolidada por ondas sucessivas de expansão global e prática colonial. A identificação do Homem universal com um homem específico, europeu e masculino, comprometeu o pensamento europeu e criou uma escala de graus de humanidade que permitiu aos não-europeus e aos não-masculinos apenas um pertencimento parcial, se é que havia algum, (TROUILLOT, 1995, *apud* TOMICH, 2009, p, 186).

De jeito que os haitianos abriram caminho para a liberdade do mundo dos oprimidos, o Haiti passa a ser marginalizado pela historiografia moderna, principalmente a historiografia francesa desde século XIX, querendo a todo custo, silenciar a tamanha coragem e a capacidade organizacional dos haitianos,

O viés nacionalizante da historiografia moderna marginaliza o Haiti não apenas por manipulação ideológica e exercício do poder, mas também pelo modo como sua incorporação da ontologia social gradualística e hierárquica do Ocidente inibe a integração das histórias metropolitana e colonial. Mesmo nos países que tiveram um envolvimento direto na Revolução Haitiana, as historiografias nacionais ignoram ou tratam o Haiti apenas de forma tangencial, (TOMICH, 2009, p 185).

Portanto, este mecanismo de silenciamento tanto por parte desses autores clássicos de movimentos sociais, bem como de muitos outros pesquisadores contemporâneos combina com a política de isolamento e a deterioração do Haiti desde sua independência, transformando a Revolução em um “não-evento”. Apesar disso, a importância que esta Revolução tem para este tema vai no sentido de que, estes homens e mulheres, mesmo em condições de “escravizados”, destituídos de suas liberdades e dignidades, eles ergueram no meio desse antagonismo criado no mundo colonial para firmarem-se enquanto agentes políticos, sociais e ativos na história da humanidade.

Com a mesma finalidade, os grandes feitos em termos políticos, sociais e artísticos no Continente Africano foram omitidos pela academia ocidental. O facto criticado por Kwame Nkrumah quando afirma que “o estudo de instituições sociais e culturas africanas foi subordinado em diversos níveis ao esforço para manter o aparato de poder colonial”. Esta omissão é intencional com a finalidade de “reforçar a imagem da sociedade africana como algo

grotesco, como uma província humana curiosa e misteriosa, o que ajudou a atrasar o progresso social na África e a prolongar o domínio colonial sobre seus povos”, (NKRUMAH, 2016, p, 1543). Nossa missão enquanto sujeitos nesse processo de produção de conhecimento é reformular os conceitos e suscitar novas inquietações sobre nossas realidades, razão pela, próximo capítulo debruçará sobre Sociedade Civil na Guiné-Bissau a partir do conceito de Mandjuandadi.

3 CAPÍTULO III

3.1. SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONCEITO DE MANDJUANDADI

É de suma importância dedicar momento neste trabalho para analisar algumas noções sobre Sociedade Civil na Guiné-Bissau a partir do conceito de Mandjuandadi. Compreendido como uma categoria capaz de escurecer ainda mais nossa percepção sobre aquilo que acontece fora do Estado e fora do Mercado. Esse conceito reflete as estruturas e formas de organizar das sociedades pré-estatais. Partindo desse pressuposto, o presente momento vai nos conduzir a uma percepção de como se desenvolveu nesse território, o espaço que os teóricos consideram atualmente da Sociedade Civil, querendo com isto apresentar uma outra análise fora do “padrão”, aliás, trazer à luz da ciência algumas noções que merecem pouca atenção de alguns teóricos, partindo desta inquietação, a que esfera se pode chamar de Sociedade Civil no contexto guineense? Como este espaço está estruturado até o presente?

Antes de adentrar profundamente no tema em questão, vale ressaltar que algumas teorias *eurocentradas* têm traçado caminhos até chegar ao conceito que se dá a Sociedade Civil, permitindo com isso, perceber que o sentido Sociedade Civil foi um conceito que estava no centro de atenção de muitos estudiosos antigos. Efetivamente, desde antigo Egito Negro, existem preocupações de filósofos, sábios, sacerdotes e outros estudiosos da época em compreender acontecimentos que ocorriam fora do campo político. Do mesmo modo, filósofos gregos a posteriori, também se preocupavam com a vida na *pólis* grega, bem como na *res publica* romana. Em termos gerais, esses filósofos não só preocuparam em ensinar a razão; em analisar diferentes formas e de melhores governos, mas, na medida em que faziam análises sobre estados, separavam também abordagens para percepção de área que pode ser chamada hoje da Sociedade Civil, (Montaño; Duriguetto, 2011).

No pensamento clássico da teoria política moderna, abordagens de Nicolau Maquiavel (Florença, 1469-1527), tornam-se imprescindíveis para ampliar nossa compreensão sobre esta matéria através de subsídio que ele oferece em termos teórico-práticos. Quando na sua época, no meio de grandes descobertas intelectuais que se fizeram emergir na Europa, começando com o *Renascimento*, Maquiavel desmarca com suas instruções aos príncipes com vista a unificar o fragmentado território italiano. Com base nessas instruções, Maquiavel consegue fazer distinção entre Estado e Sociedade:

O Estado, antes chamado de *pólis* pelos gregos e *res publica* pelos romanos, é o espaço onde o ator político por excelência (o príncipe) atua. Ali ele exerce sua coerção e procura o consenso; ali se gera e desenvolve o poder político; ali se criam as leis que regulam a ordem “social”. A sociedade, por outro lado, é o que Maquiavel entende por “privado”; o espaço onde o povo desenvolve as atividades económicas, onde se gera a propriedade privada, onde se constrói a família. E é aqui onde o príncipe (Estado no geral) não deve intervir, (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p, 21).

A partir dessa citação, percebe-se duas esferas: pública, onde o príncipe pode atuar diretamente, exemplo da administração pública e a privada, onde atuação do poder político é pouca, exemplo da família, da igreja, grupos sociais e etc. Apesar que o texto aponta mais para as questões económicas, importa sublinhar que economia mencionada no texto refere-se a economia de subsistência e não exatamente a economia de mercado ou a economia da pós revolução industrial. Nesse viés, outros teóricos contemporâneos também ofereceram subsídios teóricos para compreender a esfera social ou civil nos nossos dias.

Pois bem, Karl Heinrich Marx (Alemanha, 1818-1883), torna importante com suas abordagens sobre “Sociedade Civil, como base económica e o Estado como superestrutura”. Perante acentuada desigualdade condicionada pelas revoluções industriais que assolavam a Europa de sua época, Marx define a Sociedade Civil “enquanto sociedade burguesa, como a sociedade da produção e da reprodução da vida material”. Mais tarde, na obra intitulada *A ideologia alemã* (1933), Friedrich Engels (Alemanha, 1820-1895), defende que “a Sociedade Civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos [...] Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase”, (Marx e Engels, 1993, apud Montañó e Duriguetto, 2011). Assim sendo, cada vez mais, as definições estão ampliando a dimensão do que se entende pela Sociedade Civil. Em outras obras, exemplo de *Crítica à filosofia do direito de Hegel* (1843), Marx surge contra as preposições de Hegel em colocar o Estado em primeiro lugar que a Sociedade Civil, defendendo com sua afirmação de que, “o Estado é produto, é consequência, é uma construção de que se vale uma dada sociedade para se organizar como tal”. Por conseguinte, Engels completa o argumento, afirmando que “o Estado, o regime político, é o elemento subordinado, e [...] as relações económicas, é o elemento dominante”, (Marx e Engels, 1975, v1, p, 111 apud Montañó e Duriguetto, 2011). Apesar desses argumentos serem localizados num momento em que a realidade europeia era caracterizada pelo capitalismo concorrencial, onde estas abordagens são centralizadas nas relações de produções, o que se pretende aqui é deixar claro como a esfera social merecia atenção desses teóricos.

António Gramsci (Itália, 1891-1937), traz uma abordagem um pouco diferenciada das análises de Marx e Engels. Na sua percepção de intensa “socialização política”, um processo

resultante da forte presença das organizações dos trabalhadores, da conquista do sufrágio universal, do fascismo e do nazismo como movimentos de expressão, permitem visualizar:

Uma complexificação das relações de poder e de organização de interesses, que faz emergir uma nova dimensão da vida social, a qual denomina da sociedade civil. Essa esfera designaria o espaço em que se manifesta a organização e a representação dos interesses dos diferentes grupos sociais, da elaboração e /ou da difusão de valores, cultura e ideologias, (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p, 43).

A partir dessa abordagem gramsciana, se pode concluir que o Espaço Civil é essa esfera em que as classes organizam e defendem seus interesses— não exatamente classes na perspectiva de Marx. É essa a esfera tida como uma rede que engloba associações comunitárias e profissionais, sindicatos, movimentos sociais, associações culturais, tradicionais, igrejas e etc. Assim sendo, Aghi Bahi e Acácio Almeida Santos (2014), ao analisarem *a Sociedade Civil e ação política na Costa do Marfim*, eles concluem que a Sociedade Civil é “[...] a esfera das organizações sociais independentes e distintas do Estado que apresenta, conseqüentemente, um vasto leque de organizações sociais e de associações de diversos tipos” (SYLLA, 2006, *apud* BAHÍ; SANTOS, 2014). Em outra definição feita por Ernest Gellner, citado por Álvaro de Nóbrega, a Sociedade Civil é,

O conjunto de instituições não-governamentais diversas que é suficientemente forte para contrabalançar o Estado, e embora não previna o Estado de cumprir o seu papel de guardião da paz e de árbitro de interesses proeminentes, pode, no entanto, impedir que ele domine e atomize o resto da sociedade, (NÓBREGA, 2011, p, 155).

Com essa definição podemos perceber que a Sociedade Civil é essa instância entendida como um contrapeso ao Estado, dissuadindo o próprio Estado de invadir a liberdade de cidadãos e por outro lado, ela pressiona o Estado a prosseguir com certos objetivos tanto político, quanto sociais, para o bem da maioria ou de todos. Nossa preocupação é sempre buscar compreender até que ponto estas definições enquadram as organizações africanas ou não europeias que contrapõem aos seus Estados. Nesta perspectiva, alguns teóricos dessa temática procuram alguns requisitos para qualificar as que podem ou não podem ser chamadas de sociedade civil. Nesta linha de pensamento, Yasmin Jusu-Sheriff apresenta seguintes pontos:

Em primeiro lugar, compreende grupos e associações formalmente organizados localizados (...) no espaço entre o Estado e a família. Em segundo lugar, apesar desses grupos expressarem e protegerem primeiramente “interesses privados”, eles operam na esfera pública. Em terceiro lugar, os actores da sociedade civil são autónomos do Estado e, apesar de conscientes da legitimidade do Estado, resistem às suas incursão nos espaços civis. Em quarto lugar, os membros da sociedade civil são frequentemente

comprometidos com os valores da democracia liberal e da liberdade de mercado (NÓBREGA, 2011, p, 156).

Pela insuficiência desses pontos, Álvaro Nóbrega acrescenta mais dois requisitos fornecidos por Muthiah Alagappa: o de serem organizações sem fins lucrativos e não privadas. Todas essas definições, de facto, compreendem a um determinado espaço e tempo e muitas delas até certo ponto, excluem outras manifestações sociais, exemplo das definições que chamam da “Sociedade Civil organizada”. Qual não é organizada? Organizada para que ponto de vista? Porém, achamos pertinente a definição de Stephen Orvis, quando considera a Sociedade Civil como “a esfera pública formal ou informal de actividade colectiva autónoma do Estado, mas reconhecendo a sua legitimidade” (ibidem).

Porém, num território fora de estudos de teóricos europeus, pelo menos nesse tema, e fora de uma relação baseada em produções industriais, há que concentrar nossas abordagens tomando em conta, os elementos específicos do lugar e as dimensões socioculturais e políticas. Esta orientação teórica nos auxilia em compreender outras realidades sem precisarmos de recorrer a teoria “evolucionista” para comparar os sentidos dos acontecimentos.

Neste viés, pensar Sociedade Civil no caso concreto da Guiné-Bissau, nos remete a recuar no tempo para melhor imprimir algumas contribuições que nos conduzirão a uma melhor percepção do tema. Porque o território em que hoje é o Estado da Guiné-Bissau é formado por diferentes grupos sociais espalhados em diferentes lugares do território. Esses grupos sociais foram classificados por Amílcar Cabral em dois grandes grupos: verticais, sociedades com uma longa experiência de organização estatal, exemplo dos Fulas, Mandingas, Papeis, Manjacos, Mancanhas, Bijagós entre outros; horizontais, que ao longo de suas trajetórias históricas não conseguiram instituir um poder estatal, exemplo de Balantas, Felupes entre outros. Vale ressaltar que a falta de uma organização estatal, não coloca o grupo sem capacidade de organizar um poder supremo, são considerados assim porque não formam um poder de acordo com aquilo que entendemos como organização estatal. Por exemplo, os Balantas não têm um Rei, ao qual todos devem obedecer, mas, em cada povoado, há um chefe de *moransa*², cabe à esse chefe a resolução de diferentes problemas da comunidade. Além disso, têm conselhos dos anciões, um espaço onde os problemas da comunidade são tratados e a decisão é sempre coletiva. Ao passo que no meio dos grupos sociais com experiências estatais, toda a sociedade é hierarquizada e cabe ao Rei, personalidade máxima a feitura das leis e justiça. Portanto, a análise que será feita

² Conjunto de casas construídas no mesmo espaço.

agora sobre Mandjuandadi na Guiné-Bissau, diz respeito aos grupos sociais com poderes centrados.

Consequentemente, o que podemos perceber é que quando existe um poder estatal, automaticamente existe uma esfera onde esse poder tem certas limitações em atuar. Ao mesmo tempo, ao analisarmos o que é público e o que pode ser considerado privado, criamos logo uma divisão em que: o Estado é na maioria de casos entendido como a sociedade política ou o público, uma sociedade onde o soberano pode exercer seu poder de mando direto sem “limitações”. Até a certa altura, esse poder de mando obedece certas contestações quando se trata do privado ou da família, dos grupos de “Mandjuandadi³”, dos tecelões, pescadores, cantores, sábios, contadores de histórias e outros atores que atuam diretamente no reino. Isto mostra que, a vida do reino, além do espaço político, tem sua continuidade em outras esferas.

Em termos gerais, nas sociedades do povo Ashanti um elemento torna fundamental para perceber o silêncio dessas organizações - consenso. No artigo “Democracia e consenso na política tradicional africana” (2000), Kwasi Wiredu discute a questão de “consenso”. Quando analisava a organização política do povo Ashanti no Gana, como “uma possível linha de ação para um caminho recomendável para a política africana”, Wiredu defende que na sociedade Ashanti “o consenso caracteriza a tomada de decisão política nos locais onde este é uma manifestação de uma abordagem imanente à interação social”. Portanto, as sociedades africanas têm sido caracterizadas pelas relações axiomáticas, em que os mais novos carecem de legitimidades em poder criticar os mais velhos ou dirigir uma crítica à autoridade máxima. Desse modo, as partes em litígio têm como saída, a reconciliação:

Geralmente, nas relações interpessoais entre os adultos, o consenso como base na ação conjunta foi tomado como axiomático. Isso para não dizer que sempre foi alcançado. Em nenhum lugar a sociedade Africana é um reino de harmonia ininterrupta; pelo contrário, os conflitos (incluindo os mortais) entre linhagens e grupos étnicos e dentro deles não foram raros. A coisa notável, no entanto, é que se, e quando, a resolução das questões for negociada, o cerne do litígio consta da obtenção da reconciliação, em vez de meras abstenções a recriminações ou discordâncias posteriores, (WIREDU, 2000, pp, 1-2).

A reconciliação neste caso é na realidade uma forma de consenso que se consegue depois de uma reavaliação de questões em disputa. Interessante nesta questão é perceber quanto o consenso conduz as partes a um entendimento que acaba por debilitar a parte contestaria:

³ Nas sociedades menos afetadas pelas tendências europeias, grupos de mandjuandadi são formados por pessoas da mesma idade, onde os elementos de grupos fazem trabalhos de entre-ajuda. Nesses grupos, os membros organizam trabalhos até mesmo de edificar diques para impedir a penetração da água salgada nas lavouras. Nas zonas urbanas, as Mandjuandadis configuram em diferentes formas.

Como as questões nem sempre se polarizam em linhas de contradição estrita, o diálogo pode funcionar, por meio, por exemplo, da suavização de arestas, para produzir compromissos que sejam aceitáveis para todos ou, pelo menos, não desagradável para alguém. Além disso, onde há a vontade de consenso, o diálogo pode levar a uma suspensão voluntária do desacordo, possibilitando ações acordadas sem questões necessariamente acordadas, (WIREDU, 2000, p. 2).

Na maioria de caso, em alguns reinos africanos o “sistema foi criado para a participação, no poder, de todos os interessados, e não a sua apropriação, e a filosofia subjacente é aquela da cooperação, não da confrontação”, (idem).

Essa cooperação apontada por Wiredu pode ser analisada no caso da Guiné-Bissau, onde as *Mandjuandadi* são compreendidas como uma das organizações da Sociedade Civil. Essas *Mandjuandadi* regidas por normas próprias, com atribuições específicas e independente do poder central,

Sempre existiram como grupo de pessoas da mesma idade que se organizam para realizar trabalhos na aldeia, atividades como a preparação do campo agrícola, a colheita e a cobertura de casas. Essas organizações comunitárias acompanharam ao longo dos tempos o desenvolvimento social dos locais mais recônditos do país [...] as *mandjuandadi* compreendidas como grupo organizado, cuja finalidade é a solidariedade social entre os seus membros, existem em todos os grupos étnicos da Guiné- Bissau. Cada grupo denomina a coletividade por um termo específico da sua língua, mas sendo o crioulo guineense a língua franca, todos os grupos étnicos a usam. Logo, para além do nome vernáculo que define coletividade, usa-se a denominação em crioula, ou seja, o termo *mandjuandadi*. (SEMEDO, 2010, pp, 123-125).

Tomar as *Mandjuandadi* como um espaço da Sociedade Civil ou como a manifestação da Sociedade Civil em si no contexto guineense antes da penetração portuguesa, traz duas conclusões importantes: a primeira é a existência dessas *Mandjuandadi* nas sociedades guineenses, com seu papel motor de contribuir para edificação de espaço tanto público e quanto privado antes da invasão portuguesa. Visto que, muitas dessas *Mandjuandadi* podem agrupar até mais de cem membros capazes de desempenhar trabalhos ao bem das comunidades, que, em alguma medida, o poder central não assume. A segunda questão tem que a ver com a permanência dessas *Mandjuandadi* tanto durante a presença portuguesa como na atualidade. Apesar de certas alterações terem marcado essas *Mandjuandadi*, o espírito de entajuda e independência do poder central continuam sendo principais fios condutores e na atualidade essas organizações fazem parte do espaço de concertação das organizações da Sociedade Civil. A rica importância é a fusão daquele espaço que outrora era considerado de “informal”, vista numa visão *eurocentrada* de não corresponder aos requisitos avaliativos desses padrões estrangeiros, com o espaço compreendida pela modernidade de Sociedade Civil.

É importante sublinhar que cada realidade social dita o nível de relacionamento de seus indivíduos, através de situações sociais, políticas e económicas que a compõem. Não é de esperar nessas sociedades guineenses, um empreendimento político e social igual a de uma sociedade industrial. Alguns teóricos têm-se equivocado bastante ao tentarem localizar o surgimento das Mandjuandadi no tempo. É equivoco porque não foram organizações motivadas por um determinado processo no espaço e no tempo. Na medida em que as sociedades guineenses se compõem, as estratificações acompanham-nas e ditam a necessidade de união entre pessoas da mesma idade ou da mesma comunidade. Neste caso, é provável localizar o surgimento do termo ou o surgimento de grupos de “Mandjuandadi di Tina”, que foi o objeto central do estudo de Odete Semedo, mas é pouco provável encontrar a “organização enquanto tal” para localizá-la no tempo, que para Christoph Kohl (2011), “a origem da noção manjuandadi não é conhecida”. O argumento que este trabalho concorda é sobre o termo Mandjuandadi, segundo Teresa Montenegro, citada por Odete Semedo,

O termo mandjua é o mesmo que coetâneo, colega, da mesma classe de idade, sendo mandjuandadi para esses autores “Convívio, associação de coetâneos, classe de idade, grupo dos que foram iniciados na mesma altura; grupo de coetâneos, geração, (MONTENEGRO, 2002, apud SEMEDO, ANO, p, 130) [...] Na busca da relação entre os termos que significam coletividade em línguas locais e o vocábulo mandjuandadi, julgou-se relevante elencar em alguns desses idiomas o termo em questão. Assim, em balanta, por exemplo, mandjuandadi, na perspectiva em que é estudada aqui, é tididi; em felupe de Suzana é buiâbbu; em fula é kilê; em manjaco é urân ou udân, em mancanha é b’thassar; em papel é orana; em mandinga é kafonhômá, (SEMEDO, 2010, p, 124).

Ficou evidente como os grupos organizam e como cada Mandjuandadi é chamada de acordo com cada etnia. O que as culturas desses grupos mostram é a necessidade de união entre pessoas da mesma idade; mesma comunidade, dependendo de circunstância; pessoas de mesma profissão ou gênero que pautam pela união de seus membros. Essa união para perseguir os objetivos, motivaram a existência de grupos que tramitaram até chegar na atualidade e que as formas de organizar dividem em duas dimensões, como descreve Maria Odete Semedo (ANO):

Os grupos étnicos “animistas” organizam-se em classes de idade, conforme o escalão definido pelo grupo, enquanto nas etnias islamizadas a sociedade divide-se em classes sociais em que se destacam, entre outros, nobres, guerreiros, cativos, *djidius* ou *griots* e grupos organizados com base nas funções que exercem, (SEMEDO, 2010, p, 125).

Tanto nos grupos de religiões tradicionais africanas quanto nos grupos islamizados, o que têm em comum é um espaço de concertação fora do poder central.

Todavia, a chegada dos portugueses nesse território, precisamente a partir de 1664, com “criada a capitania de Cacheu e em maio de 1656 foi fundada a Companhia de Cacheu e Rios, destinada ao tráfico de africanos para Novo Mundo”. Seguiu-se também a criação de alguns povoamentos portugueses em Geba, Farim e em Ziguinchor. A partir desse momento, começa a mudar os costumes dos povos nativos nessas localidades, Nessas localidades, a presença portuguesa começa a ser sentida e alguns grupos étnicos próximos através de relações recíprocas com autoridades estrangeiras instaladas começaram a aproximar-se e de certa forma, começaram adoptar modelos portugueses: caso da língua; vestuário; alguns portugueses começaram a ter filhos com mulheres africanas. Porém, provavelmente a partir de 1517, começou a sentir forte presença de uma nova identidade, os “lançados” nos territórios da Guiné, motivada pelas crescentes atividades comerciais da época. Alberto da Costa e Silva (2011), os considera de,

Judeus e cristãos-novos, por estarem ao abrigo de perseguições. Os outros, porque enriqueciam no comércio ou porque tinham construído uma vida nova na terra de sua escolha. Haviam começado a desligar-se do convívio com os portugueses, fossem feitores ou funcionários da Coroa, agentes dos contratadores ou autoridades da ilha de Santiago ou de Cacheu, e se vinculavam cada vez mais aos africanos e aos seus interesses. [...] Ao desaporem as africanas, os portugueses lançados na costa passaram a ter nelas as melhores mestras sócias. Por meio delas, estabeleceram vínculos com as estruturas de mando locais. E, algumas vezes, com o próprio núcleo do poder, pois, entre certos povos matrilineares do litoral, como os banhuns, os bijagós e os papeis, permitia-se que mulheres de linhagens aristocráticas se unissem em matrimónio aos europeus lançados. Na ria do rio Grande, os habilíssimos mercadores que eram os chefes beafadas chegaram de promover casamentos de suas mulheres com os lançados. Era uma forma melhor de jungi-los a seus interesses e de controlar os movimentos e o comércio do estrangeiro. Em contrapartida, os portugueses ganhavam status e maior segurança, abrindo-se para ele um espaço amplo de mercadejo (SILVA, 2011, pp, 238-241)

Foi através desses processos que os lançados conseguiram empreender sua integração nas sociedades locais. Familiarizam-se com os costumes da terra, a comida, alguns participam de rituais locais sem ofendê-los. A partir desse momento, começa o processo de nascimento do que se pode entender de sincretismo religioso. Porque, nas pequenas praças, se apresentavam de cristãos, ao anoitecer, se curvavam aos ancestrais africanos nos *balobas*⁴. Aliás, naquele período tanto a religião cristã, quanto a muçulmana, começavam a florescer e era possível contar os fiéis pelos dedos. Portanto, movidos pelo espírito de interesses comerciais, os lançados aprenderam com suas esposas “regras locais de compra, distribuição, venda e regateio”, (idem). É importante sublinhar o modo de vestir desses lançados. Os que foram casar

⁴ Um lugar de consultar os ancestrais de cada povo da Religião Tradicional Africana.

com mulheres papéis, tendem a apresentar-se com trajes desse grupo étnico, isto também facilita a interação com outros povos.

Continuando nas comunidades africanas, os lançados começaram a trabalhar com alguns auxiliares, que são chamados de “grumetes”. Estes últimos começaram como remeiros de canoas, tido como momento inicial de carreira de embarcados. No meio desse segundo grupo social que se criara nas comunidades africanas, alguns grumetes eram bons barqueiros e conhecedores de rios e mares da costa da Guiné. Portanto, o nome grumete passou a identificar,

Aos homens e às mulheres que serviam aos lançados e moravam ao lado deles, e vestiam-se à europeia, e construíram casas com o reboco pintado de branco e falavam o português ou, mais geralmente, os crioulos que se iam desenvolvendo ao longo da Costa e nas ilhas de Cabo Verde. Os grumetes começaram como remeiros, carregadores, guias e criados, mas pronto se fizeram compradores e vendedores em nome dos patrões, intérpretes, mensageiros, pilotos e construtores de barcos. Muitos deles já sabiam como escavar uma canoa, mas somaram seus conhecimentos aos dos lançados, para fabricar batéis e navios a vela à europeia, (SILVA, ANO, p, 250).

Grumete pode ser entendido neste caso, como um grupo social formado de um lado pelos africanos, irmãos de esposas de lançados que foram trabalhar com os lançados, por outro, podem fazer parte desse grupo os filhos de lançados com mulheres africanas. Em termos gerais, o termo grumete designa aos que trabalham com os lançados. Nossa preocupação nesse texto, é compreender como esse grupo “intermediário” foi importante na formação de um grupo de elite cristã nas pequenas praças instaladas nas costas da Guiné. Alberto da Costa e Silva chama esses grumetes de cristãos, muito embora “o cristianismo de alguns se reduzisse ao batismo, e o de outros, a nem isto, quase todos continuaram a sacrificar às divindades tradicionais, ainda que também rezassem ao Deus e aos santos a que se haviam normalmente convertido”.

Apesar de cristianismo desses grumetes estar misturado com a religião tradicional africana, esses novos cristãos fazem parte das confrarias criadas nas pequenas praças de Cacheu, Geba, Farim, Bissau e Ziguinchor. No final do século XVIII, para o início do XIX, é notada a presença massiva dos grumetes ou cristãos nas confrarias, como descreve Kohl,

Parece ser provado que os membros das confrarias locais eram eleitos pela população kriston nos anos vinte do século XIX. No início, serviam elas como governos em miniatura nas praças. Tomaram o direito de julgar e promulgar portarias, regulando a conduta de seus membros. Assim fazendo, escaparam da autoridade da administração colonial. Esse procedimento causou conflitos entre as praças e os vizinhos ‘gentios’, razão essa por que a administração colonial as proibiu (Senna Barcellos 2003:282; Barreto 1938: 185-6, apud KOHL, 2011, p, 19).

A partir desta análise, pode-se compreender o quanto era necessário para os grumetes a criação de uma entidade que os unisse. Porque, em termos fenotípicos portugueses não ram, olhando para o racismo da época, e tampouco tradicionalmente “guineenses”. A situação dos grumetes era paradoxal: primeiro, mestiços com pele mais clara tendem a se considerarem de mais “civilizados” em relação aos não mestiços; segundo momento, os mestiços adotam a religião cristã e a língua portuguesa, vista na época como condição “sine quo non” para sua integração nas praças portuguesas e conseqüentemente, na sociedade colonial, condicionado assim para o surgimento de uma “nova identidade”. Essa nova identidade é híbrida e é esse hibridismo que oferece suporte analítica para compreender a transição de estruturas organizações tradicionais das realidades locais ao padrão social moderno definido pelo poder colonial. Lamentável de tudo isso, é como algumas narrativas tendem a dar o surgimento de Mandjuandadis sem fazer uma ligação com momento consuetudinário dos povos locais. Como se o surgimento dessas associações modernas, organizações sindicais e políticas não tivessem nenhuma ligação com a experiência cultural local. Ao que se pode concluir é que, os mestiços não precisavam mais de criar uma Mandjuandadi baseada na idade ou para ajuda nos trabalhos de campo, era prescindível para eles criarem uma associação com base na experiência local, mas que se adequa as demandas de momento colonial. Isto não quer dizer que as Mandjuandadis deixam de existir, mas o surgimento das organizações lideradas pelos mestiços grumetes ou crioulos, servem de ponte para compreender mudanças que traduziram em ruptura com a antiga forma de Mandjuandadi feita nas comunidades autóctones.

No entanto, a formação de uma elite política capaz de compor um Espaço Civil marca momentos políticos no território da Guiné. Quando Portugal decidiu separar a Guiné administrativamente da administração colonial instalada em Cabo-Verde, através da carta lei de 18 de Março de 1879, que entre outros, “determinava que o território da Guiné Portuguesa formasse uma província independente de qualquer outra; que o seu governo, tivesse a sede na ilha de Bolama”, (Cardoso, 2004). De salientar que antes desse momento importante para o território da Guiné, eram os cabo-verdianos que ocupavam de serviços administrativos ao ou em nome do poder colonial. A partir deste momento, a Guiné Portuguesa passa a ter um governo “autónomo”, capaz de, não só levar avante os planos da metrópole portuguesa, mas também, dirigir política interna capaz de corresponder aos interesses locais.

A par desse poder colonial instalado “fracassadamente” no território, criou-se também grupo de pressão às autoridades coloniais formado por grumetes ou “lusó-africanos”. Este grupo foi formado por africanos parceiros no comércio com europeus, alguns deles eram

detentores de uma grande autonomia e exercem poder de mando nos lugares em que praticavam comércio, (Brooks, 1987, apud Cardoso, 2004). Durante os anos de campanha de pilhagem e de ataque as aldeias autóctones, esse grupo de grumetes tem jogado um papel de mediação sem sucesso entre autoridade portuguesa com autoridades locais. Este grupo tem pressionado os portugueses para cessarem com os ataques, o facto que levou autoridades coloniais à adoptarem entre 1900 e 1903, um “conjunto de providências legislativas e administrativas que criaram um novo quadro para atuação dos atores emergentes, designadamente dos africanos”. Apesar desses atores emergentes não alinharem suas reivindicações com a perspectiva de uma independência do território, eles tornam um embrião de uma possível Sociedade Civil. Segundo Carlos Cardoso,

Mesmo não visando a conquista do poder de Estado, e não pondo em causa o poder colonial, alguns actores sociais tiveram uma intervenção cívica com um impacto público e político irrefutável. E a decisão das autoridades coloniais de proibir, através de um decreto, as actividades deste grupo, bem como a tendência para considerar qualquer mestiço como “rebelde”, eram reveladoras do impacto ou da dimensão política que as actividades deste grupo assumiam. Estamos perante um caso de ilustração de como a acção cívica de um grupo de cidadãos, agindo colectivamente, foram capazes de moldar a opinião pública de uma maneira positiva, impedindo assim que o estado agisse contra o interesse da maioria, (CARDOSO, 2004, p. 8).

A pressão que esses grupos de luso-africanos ou grumetes exerciam na altura, influenciaram diretamente nas ações da administração geral da província, o facto que condicionou, como constatou Carlos Cardoso (2004), “profunda alteração em virtude de reformas legais que estabeleciam novas bases para a governação ultramarina”. Essa nova política introduziu “regime de “descentralização administrativa”, resultando na revogação da velha organização burocrática da Guiné e “deu-se aos organismos e autoridades coloniais vastas atribuições, indo ao ponto de cercear a intervenção da metrópole em muitos assuntos em que predominavam os interesses locais”, (idem).

Apesar de todo esse fortalecimento do poder colonial no terreno, desenvolvia-se de uma forma incipiente “uma esfera pública onde começaram a manifestar-se e a articular-se os interesses de certos grupos sociais [...] principalmente de africanos, quer estivessem eles ligados à administração colonial ou não”. Ações desses atores assentaram bases sociais e políticas para criação da Liga Guineense em dezembro de 1910.

Os membros desta liga protagonizaram diligências incessantes no sentido de exigir do governo português uma maior actividade escolar com vista à elevação do nível cultural dos guineenses, tendo por isso sido vista como uma associação escolar, educativa e de ajuda mútua que deixou marcos na vida sociocultural da colónia. O

grupo dos seus membros era sobretudo constituído por pequenos comerciantes, artífices e trabalhadores marítimos, na maioria de Bissau e Bolama, na sua maioria africanos, (BARRETO, 1938, apud CARDOSO, 2004).

Uma questão curiosa que se coloca é seguinte: que finalidade tem essa Liga? Indo diretamente para definição vulgar, que dá conta que “qualquer associação tem por objetivo defender interesses de seus associados”, outra inquietação é: quais interesses moviam a criação da Liga Guineense? Ao respondermos essas perguntas, as opiniões divergem. A primeira presunção atribuí para a Liga, “o cariz cultural e essencialmente voltada para a defesa de direitos civis dos assimilados e preocupada com a sua integração e participação (Pereira 2002, apud Cardoso, 2004). A partir dessa afirmação, percebe-se que as demandas que visam à “integração e participação” desses luso-guineenses têm um carácter político. Eminentemente, membros da Liga criaram essa organização para servir de elo de ligação para com autoridade portuguesa. Os membros tendo muitos deles em atividades comerciais, é possível constatar neles o interesse em participar ativamente nas decisões políticas inerentes a vida social, cultural e política dos autóctones. A hipótese que também pode ser útil para compreender essa luta pela integração e participação, pode ser uma resposta a presença massiva dos cabo-verdianos no aparelho administrativo. Esse grupo provavelmente se sente subjugado e luta pela sua participação ativa nos assuntos político, social, cultural e administrativo da província.

A segunda presunção aponta a Liga como uma organização preocupada com política de alargamento de escolas aos povos locais. Segundo Peter Karibe Mendy (1994), “a inadequação do sistema educacional do território foi uma questão que preocupou (membros da Liga), particularmente patriotas como Valentim da Fonseca Campos e Juvenal Cabral”. Valentim da Fonseca argumentava que “as escolas eram necessárias não só para praças mas também são necessárias nas tabancas indígenas”. Essa necessidade foi manifestada, quando ele sublinha que “a Guiné precisa d’uma escola d’instrução secundária (um lyceu) em Bolama”. Juvenal Cabral, pai de Amílcar Lopes Cabral, também afirmava que, “como está provado, o gentio não é destituído de inteligência, faltando somente da nossa parte saber incutir-lhe no animo o amor pelo ensino”. Na sua perspectiva, era necessário “derramar a luz da instrução sobre este povo tão sedento de luzes, sublinhando que “valem mais as 25 letras do alfabeto, do que todas as constelações do firmamento”, (MENDY, 1994, p, 342).

Apesar de existir ambiguidade a volta da Liga: primeiro, foi uma organização criada maioritariamente pelos mestiços, mas, sua direção superior tem mais cabo-verdianos e portugueses menos prestigiados no sistema colonial, segundo, os membros eram comerciantes de Bissau que também beneficiam de uma forma direta e indiretamente das ações do poder

colonial. O que desmarca a Liga Guineense das ações políticas e militares do poder colonial é sua posição contra campanha de pilhagem e saqueamento das tabancas locais. Essa recusa faz da Liga, inimigo direto das políticas de Portugal, como explica António dos Santos Teixeira, um comerciante próspero da época, membro da Comissão Municipal de Bissau e primeiro tesoureiro da Liga Guineense,

A resposta desfavorável ao pedido de Teixeira Pinto para que os membros da associação tomassem parte ativas nas operações contra os balantas e manjacos não devia ser interpretada como recusa originada por espírito de solidariedade para com esses povos com quem não têm relações de sanguinidade de raça, (MENDY, 1994, p, 332).

Essa atitude contrária as pretensões portuguesas, resulta na perseguição dos membros acusados de instigar a revolta de povos locais e conseqüentemente, dissolução da Liga em 1915. Para camuflar da perseguição e provar sua lealdade à Portugal, os membros da Liga tiveram que argumentar e jurar lealdade. Essa “lealdade a Portugal era uma questão crucial com a qual se debatiam todas as associações das elites coloniais aprovadas oficialmente”, (ibidem). Apesar disso, a Liga foi dissolvida, tendo suas atividades consideradas pela autoridade portuguesas de “nocivas para os interesses da metrópole”.

Do legado da Liga Guineense, pode-se, obviamente, herdar duas conclusões importantes. Primeiro, alguns descendentes dos membros da Liga decidiram em não se envolverem ativamente com atividades políticas, dedicando mais suas ações para atividades comerciais e atividades laborais enquanto funcionários da administração colonial. Segundo grupo continua exercendo atividades políticas ativas, mesmo que sejam feitas na clandestinidade, tendo em conta a fervura do poder português em Bissau. O que não se pode perder de vista é o papel embrionário que a Liga desempenha na formação da elite política guineense e despertar da consciência. Esse legado foi definido por Carlos Cardoso (2004), como

Um espaço de constituição de uma opinião e de um espaço públicos, embora incipientes, e do embrião de um espaço político que se define menos por uma intencionalidade estatal, mas por actos cívicos tendentes a criar um de interação social, onde seja possível negociar, influenciar ou até contestar decisões com algum impacto social, (CARDOSO, 2004, p, 7).

Além dessa instancia que ao fundo funciona para cobrar do governo português mais atenção para território ultramarino, internamente alguns grupos de Mandjuandadi continuam a

desenvolver suas atividades de “entrejuda” nas zonas urbanas. Contribuindo em conjunto, para formação de uma consciência crítica sobre atuação da força portuguesa no território.

Portanto, com a independência do país, abriu-se caminho para surgimento de novas associações não-governamentais, organizações sindicais, novos grupos de Mandjuandadi, partidos políticos, organizações comunitárias e redes de concertação. O que nos importa ressaltar neste capítulo, é a nossa antiga de organização coletiva baseada em Mandjuandi e a trajetória que essa forma de organização tem modificado até receber o nome da Sociedade Civil.

4 CAPÍTULO IV - MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DO MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL DA GUINÉ- BISSAU (1998-2018)

4.1 ESTADO E DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU (1973-1991)

A Guiné-Bissau é um dos poucos Estados africanos fundados sob princípios democráticos. A criação e separação de poderes entre os órgãos do Estado; participação de delegados eleitos nas mais de 80% de zonas libertadas; liberdade e igualdade durante a escolha dos delegados; luta e respeito pelos direitos humanos e a criação de partidos políticos foram elementos levados em conta durante a proclamação da Independência Nacional em 24 de setembro de 1973, porque a democracia é entendida como “várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte” (BOBBIO, 200, p, 7).

Porém, com a criação do PAIGC em 19 de setembro de 1963, o partido tinha como objetivo a conquista total da independência. A partir desse momento, o partido começou a perseguir o objetivo de proclamar o Estado. Mas, “para o fazer tinha de demonstrar, em primeiro lugar, que era um poder legítimo e que o português não o era”. Isso faz-se reclamando território quer no plano internacional, tanto por meio da luta armada para esta conquista. Nas zonas libertadas PAIGC começou a exercer sua autoridade, “reproduzindo o melhor que se pode e se sabe da organização Estatal”, com a instalação das suas estruturas administrativas, dos seus hospitais, das suas escolas e o abastecimento dos seus Armazéns do Povo com gêneros alimentícios, (NÓBREGA, 2015). Ainda mirado no objetivo principal, o partido conduziu eleições entre os habitantes das regiões libertadas para eleger os legítimos representantes do povo à Assembleia Nacional Popular: o órgão legítimo para fazer a proclamação. Com isto, empenhava-se em mostrar ao mundo que a Guiné era já um Estado e que Portugal já perdial. Portanto, Amílcar Cabral, pai da nacionalidade da Guiné e Cabo-Verde, na sua mensagem de novo ano proferida no dia primeiro de janeiro de 1973, descreveu o seguinte:

Como todos sabem, realizamos no ano findo, as eleições gerais nas regiões libertadas com voto universal secreto para criação dos conselhos regionais da primeira Assembleia Nacional da história do nosso povo. Em todos os setores e todas as regiões, as eleições decorreram em um ambiente de grande entusiasmo pela população. Os eleitores votaram em massa pelas listas que haviam sido elaboradas depois de oito meses de debates públicos e democráticos em que foram selecionados o representante de cada setor. Reunidos nos conselhos regionais eleitos, estes elegeram por sua vez entre os seus membros, o representante da Assembleia Nacional

Popular. Esta terá cento e vinte membros, dos quais, oitenta foram eleitos entre a massa popular e quarenta entre os quadros políticos, militares, técnicos, profissionais e outros do partido. Como sabem, os representantes de setores ocupados temporariamente pelos colonialistas foram escolhidos a título provisório (CABRAL, 1973).

Com esta mensagem, Amílcar chamava atenção ao mundo, das condições criadas para proclamação justa do Estado da Guiné-Bissau, dizendo,

Hoje, o nosso povo africano da Guiné, dispõe e pois, demais um Órgão de Soberania: Assembleia Nacional Popular. Esta será, de acordo com a Constituição que estamos a elaborar, o Órgão Supremo da Soberania do nosso povo na Guiné. Amanhã, com o desenvolvimento certo da luta, criaremos também a primeira Assembleia Nacional Popular em Cabo-Verde e a reunião conjunta dos membros desses dois órgãos, formará a Assembleia Suprema do Povo da Guiné e Cabo-Verde. A criação da primeira Assembleia Nacional Popular na Guiné, uma vitória transcendente da luta difícil mas gloriosa do nosso povo pela independência. Ela abre perspectivas novas para o avanço da nossa ação política e militar; é o resultado dos esforços sacrifícios consentidos pelo nosso povo nesses dez anos de luta armada; é uma prova concreta da soberania do nosso povo, do seu elevado grau de consciência nacional e patriótica. Quero, pois, neste momento, endereçar as minhas felicitações calorosas ao nosso povo, a todos os eleitores e eleitoras, que, como mulheres e homens conscientes, souberam cumprir tão dignamente seus deveres de cidadãos livres da nossa nação africana. À todos os militantes, responsáveis e dirigentes que, nas comissões eleitorais ou noutros setores da atividade deram a sua melhor contribuição para o êxito dessa realização que ficará na história da nossa terra. Felicito com igual entusiasmo os valorosos combatentes das nossas Forças Armadas que, pela sua ação corajosa, criaram em todos os setores, a segurança necessária à realização das eleições. Apesar de todas tentativas criminosas do inimigo colonialista no sentido de evitar que ela se realizasse. Mas, uma Assembleia Nacional, como qualquer órgão de qualquer corpo vivo, deve poder funcionar para valer a sua existência. Temos por isso, uma tarefa maior a cumprir no quadro da nossa luta neste novo ano de 1973. Devemos fazer funcionar nossa Assembleia Nacional Popular e vamos fazê-lo para realizar completamente as decisões tomadas no nosso grande partido na reunião do Conselho Superior da luta de agosto de 1971. Decisões que foram entusiasticamente apoiadas pelo povo (CABRAL 1973).

Continuando ainda nessa perspectiva, este país também nasce como um Estado de Direito, em que “os poderes públicos são regulados por normais gerais (as leis fundamentais e constitucionais) e devem ser exercidos no âmbito das leis que o regulam” (BOBBIO, 2000, p, 18). Ciente de todas essas regras que orientam o funcionamento dos estados modernos, Amílcar Cabral, dezessete dias antes do seu assassinato, deixava muito claro, quais devem ser as missões da Assembleia Nacional Popular da Guiné à serem cumpridas no decorrer do ano de 1973. Segundo ele,

Vamos no decurso desse ano e tão cedo quanto seja possível e conveniente, reunir Assembleia Nacional Popular na Guiné para que ela cumpra primeira missão histórica que lhe compete: a proclamação da existência do nosso Estado; a criação de um Executivo para esse Estado e a promulgação de uma lei fundamental, a da primeira

Constituição da nossa história, a qual será a base da existência ativa da nossa nação africana. Quer dizer, representantes legítimos da primeira missão, escolhidos pela população e eleitos livremente pelos cidadãos conscientes patriotas da nossa terra, vão proceder ao ato mais importante da sua vida e da vida do nosso povo. Puder afirmar perante o mundo que a nossa nação africana, forjada na luta, está irreversivelmente decidida a marchar para independência sem esperar pelo consentimento dos colonialistas portugueses e que, a partir desse momento, o executivo do nosso Estado terá sob a direção do nosso partido – o PAIGC, o único verdadeiro e legítimo representante do nosso povo em todos os problemas nacionais e internacionais que lhe diz a respeito (CABRAL, 1973).

Criados todos os mecanismos necessários, segundo Álvaro Correia de Nóbrega (2015), João Bernardo Vieira mais conhecido por Nino, um jovem de 34 anos de idade, comandante que já passou em todas as três frentes de luta, o materializador da luta armada, leu perante a Assembleia Nacional do Povo a Declaração da Independência: *“Reunida na região do Boé a 24 de Setembro de 1973, exprimindo a vontade Soberana do povo, a Assembleia Nacional Popular, proclama solenemente o Estado da Guiné – Bissau”*. Desfilaram as tropas das Forças Armadas Revolucionárias do Povo e ecoou-se o Hino Nacional – Pátria Amada. Com este acto político, estava criada a República da Guiné-Bissau. Reconhecido por oitenta dos estados com assento na Assembleia das Nações Unidas assim que souberam da proclamação.

A partir de seu funcionamento enquanto um novo Estado guiado pelos seus próprios filhos, viveu-se período considerado por Fafali Koudawo (2001), da “democracia revolucionária” de 1973 a 1991 que constitui a essência do PAIGC. Este período é considerado além de seu aspecto ideológico, era a cima de tudo, “um instrumento de controle do poder”. Caracterizado por autor em três momentos: primeiro, foi o projeto de Estado binacional que falhou. O abandono do projeto da de unidade Guiné e Cabo Verde era vivido pelos povos de dois países. O projeto não era encarrado como um sonho a se realizar, mas sim, um pesadelo. O resultado imediato foi o golpe de Estado que derrubou Luiz Cabral, Cabo Verdiano, o primeiro presidente da República da Guiné-Bissau. Dentre outros factores, destaca-se as dificuldades nascidas da passagem da teoria do Estado revolucionário à prática administrativa num contexto mal preparado para esta experiência. Segunda caracterização foi a crise econômica que o país mergulhou a partir de 1983. Por último, este período ficou marcado pela liberalização econômica iniciada em 1987, facto esse considerado por autor de inadequado.

Assim sendo, a Guiné-Bissau não escapou as mudanças ocorridas no plano internacional a partir dos anos de 1980 e que tiveram uma influência determinante sobre a transição do país do partido único ao multipartidarismo. Fafali Koudawo entende que essas mudanças “foram um poderoso catalisador da evolução em direção ao pluralismo político, uma vez que o país é dependente da assistência estrangeira e os dirigentes foram tantos mais sensíveis, se não

vulneráveis, aos condicionalismos democráticos dos anos 90” (KOUAWO, 2001, p, 134). Essas exigências eram consideradas pelo Ocidente, principalmente os Estados Unidos da América através de Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional como condições indispensáveis para catalisar grandes mudanças positivas na Guiné-Bissau. Ao contrário, com a implementação do programa de ajustamento estrutural, aumentou-se ainda mais as desigualdades sociais. Como descreve Carlos Cardoso,

No domínio social o Programa tem contribuído essencialmente para aumentar as desigualdades sociais que já existiam antes da sua implementação, mas que se agravaram e se consolidaram com as medidas de liberalização. Porque essas medidas implicaram por exemplo o fomento de uma classe de agricultores privados, os chamados *ponteiros*, que foram altamente beneficiados com os primeiros créditos concedidos pelo Banco mundial e pelo FMI. E isso naturalmente não deixou de provocar certos conflitos a nível do campo, nomeadamente no que diz respeito ao acesso à terra e particularmente à terra mais fértil. No geral, a pequena burguesia – principalmente o seu sector comercial – que na sequência das nacionalizações e outras medidas "revolucionárias" tinha visto o seu poder e a sua expressão social substancialmente reduzidos na fase pós-independência, ganha um novo impulso com a implementação das medidas de liberalização e de protecção de que é alvo por parte da classe burocrática do Estado. Os créditos bancários e outras facilidades burocráticas permitiram um enriquecimento rápido desta classe, enriquecimento este que se pode considerar fictício na medida em que não se baseia numa riqueza duradoura isto é, que seja consequência de uma reprodução alargada do capital. E as dificuldades que se colocam ao governo na recuperação destes créditos são elucidativas da falta de critérios racionais que nortearam a sua distribuição; raras vezes se baseou na capacidade real de reprodução deste capital. Em muitos dos casos foi até o clientelismo que esteve na base da concessão dos créditos (CARDOSO, 1995, p, 264).

Compreendemos o papel fundamental do BM e do FMI com suas exigências ao país para aderir ao multipartidarismo como condição para obtenção de financiamento, mas, como é nossa pretensão nesse trabalho, não podemos negligenciar o papel preponderante dos movimentos sociais nessa transição política. As vezes demos pouca atenção as exigências internas levadas a cabo pelos funcionários públicos e organizações sindicais. Apesar de ser numa altura em que o país estava a ser governado pelo regime de partido único, que, até um certo ponto proibia a liberdade de expressão e de associação, as primeiras reivindicações sociais foram registadas, contrariando todas as ordens, segundo autor,

A diminuição do poder de compra e a consequente deterioração das condições de vida dos funcionários públicos conduziu a partir de 1991 a uma série de greves. Primeiro, foram os professores que tiveram a coragem de reivindicar melhores salários e a melhoria das suas condições de trabalho. Mais tarde foi a vez do pessoal da saúde e das forças armadas que ameaçaram recorrer a esta forma de reivindicação (CARDOSO, 2001, p, 264).

Com essa crise que se alastra para diferentes áreas sociais, o mais sério conflito laboral da época foi o que opôs o governo aos trabalhadores da Câmara Municipal de Bissau que,

Nos finais do mês de dezembro de 1992 os trabalhadores desta instituição completaram um mês de greve na sua quarta paralização no espaço de dois meses, em protesto contra os baixos salários e por alterações da direcção da edilidade, nomeadamente a substituição do Secretário e do Tesoureiro, bem como a constituição de uma comissão administrativa de controle de receitas. A primeira greve, considerada ilegal e duramente reprimida pelas forças policiais estatais, ocorreu em agosto e a segunda, de quinze dias, em Setembro. Desde ali os pré-avisos seguidos de paralizações se sucedem desde 17 de setembro, com trabalhadores a não comparecerem nos locais de trabalho (ibidem)

Com essas reivindicações, assistiu-se uma demissão quase generalizada das pessoas. A paz social é deste modo aparente e a desconfiança ganha cada vez mais adeptos. E para muitos, a vida deixou de ter sentido, única solução é a realização das eleições. O caos social se alastrou para aparelho governativo e diretamente atingiu o interior do partido no poder. Porque alguns funcionários também eram membros do PAIGC e viram a necessidade de atacar primeiro o partido com algumas reformas políticas para depois atingir o próprio Estado.

É esse tumulto social e político que culminou em maio de 1991, quando a Assembleia Nacional Popular introduziu uma revisão pontual na Constituição da República e aprova a Lei-quadro dos partidos políticos, abrindo caminho ao multipartidarismo. Um ano depois, foi criada a Comissão multipartidária de transição em agosto de 1992, tendo como integrante membros de alguns partidos recém-criados, técnicos, funcionários públicos e membros das organizações sindicais. A comissão se encarregou de acompanhar os trabalhos para realização das primeiras eleições gerais em 1994.

Internamente no partido no poder, o vento da mudança provocado pelas manifestações sociais chegou com a despartidarização das forças armadas e a desvinculação da UNTG. A primeira e maior organização dos trabalhadores unidos fundada em 1963, quando o país era colônia de Portugal.

4.2 PAPEL DO MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO DE CONFLITO POLÍTICO-MILITAR DE 1998-1999

A partir dessas mudanças empreendidas quer no plano social, quer no âmbito político, deitaram bases para um novo quadro funcional das associações modernas no país. Com esses acontecimentos, alguns movimentos, associações e cooperativas começaram a fazer face ao

Estado. Vale, portanto, sublinhar por outro lado, o papel das estruturas do partido caso concreto da JAAC, a UNTG e da UDEMU, criadas durante a luta armada, que nos momentos iniciais tiveram missões de “apoiar as estratégias de mobilização do partido”. Segundo Koudawo (1996) *apud* Cardoso (2008), essas estruturas além de serem instrumentos políticos, elas teriam modificado todo o “espaço social e marcando a sua evolução”.

A firme vontade do PAIGC em proceder à transformação radical da sociedade guineense, entre outras através de uma nova política de criação do homem novo, promoveu a presença de organizações de a todos os níveis do espaço social e em direcção a grupos específicos como o dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens e das crianças, (CARDOSO, 2008, pp, 10-11).

Importa, portanto, enfatizar a integração em massa das franjas da população urbana nessas organizações que durante a vigência do partido único no poder, essas agremiações influenciaram quer direta ou indiretamente, no surgimento de muitas outras associações formais e informais.

Todavia, apesar do regime de partido único ser marcado pela pouca abertura aos movimentos sociais e associações, algumas iniciativas associativas já floresceram principalmente nas zonas urbanas, exemplos das Mandjuandadi, associação de moradores, Organizações Não Governamentais e etc. A partir de 1990, uma nova dinâmica marcou o tecido social segundo Carlos Cardoso (2008), “o número de organizações que compõem o tecido do que se convencionou chamar de sociedade civil aumentou consideravelmente”. Dentre um conjunto de mais ou menos de dez organizações não- governamentais que existiam no início dos anos 90, “o número subiu para mais de sessenta antes do conflito armado de 1998/1999”. Com esse crescimento, podemos destacar um movimento em dois sentidos que, por um lado, “a abertura política permitiu o aparecimento de novas organizações da Sociedade Civil”, por outro, “o aparecimento e consolidação destas organizações permitiram tornar mais permissível a esfera política e abriu caminho ao que se podia considerar como o processo de criação de um espaço público”. A partir desses fatores, as organizações da sociedade civil podem ser divididas em 5 grupos:

1) Associações comunitárias, que ocupam um lugar de destaque, representando 57% do total das associações; 2) Associações juvenis (19%); 4) Associações profissionais (16%) e 5) Associações de mulheres, que representam 5%. A estas organizações haveria que acrescentar aquelas que trabalham no domínio da defesa dos direitos humanos (sociais e políticos), bem como algumas confederações. Em termos de redes e federações, as associações comunitárias são igualmente líderes, o que não deixa de ser um dado interessante devido ao papel que estas associações podem desempenhar na mobilização de recursos, na defesa dos interesses dos camponeses e na partilha de

experiências e tecnologias. O sector onde o movimento associativo conheceu uma maior vitalidade foi o das associações de jovens e agrupamentos de mulheres. A liberdade de expressão e de associação ligadas às filosofias de projetos dos doadores que privilegiam o trabalho direto com os grupos sociais fez disparar o número das associações de jovens e de mulheres tanto nas cidades como nas zonas rurais. Muitas raparigas encontram na vida associativa não só oportunidades para a sua ascensão social, como também uma maior liberdade face ao controlo social e familiar impostos pelas normas tradicionais da sociedade, (CARDOSO, 2008, p, 12).

Com essa tipologia, pode-se concluir que o tecido social estava consolidado antes do conflito político-militar de 1998. Com essa guerra político-militar iniciado no dia 7 de junho de 1998, com seu término em 6 de maio de 1999, as organizações da sociedade civil começaram a mobilizar-se com vista a encontrar uma paz e atenuar o conflito. Assim sendo e na “sequência dos imperativos da guerra; da solidariedade emergente no contexto da ajuda humanitária aos deslocados da guerra e das acções de lobby e advocacia contra a guerra”, surgiu o Movimento da Sociedade Civil para a Democracia e Paz,

Albergando no seu seio um elevado número de ONG, sindicatos, igrejas, organizações de jovens e mulheres. O movimento transformou-se num importante espaço de playdoyer contra a guerra. A sua intervenção fazia-se sentir através de denúncias de atrocidades, de marchas pacíficas contra a destruição, entrevistas e informações sobre a situação dos deslocados da guerra (CARDOSO, 2008, p, 14).

Com essa criação, o Movimento passou a envolver direta e indiretamente na gestão de conflito. Para Carlos Cardoso,

O Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento, constituído em Novembro de 1998, transformou-se no porta-bandeira deste amplo movimento da sociedade civil pela paz. Numa reunião realizada no território controlado pela então Junta Militar, cerca de 150 pessoas, representando mais de 130 organizações da sociedade civil ergueram-se, exigindo que os protagonistas cessassem as hostilidades e que houvesse uma retirada imediata das tropas estrangeiras estacionadas no país, cuja presença tinha sido solicitada e facilitada pelas forças governamentais (CARDOSO, 2008, p, 20).

Além da missão de aproximar as partes em conflitos, com vista a encontrar um cessar fogo e conseqüentemente, uma paz, o Movimento Nacional da Sociedade Civil desempenha junto da comunidade local, algumas ações de sensibilização à opor-se ao conflito. Portanto, nas discussões das quais participa o Movimento, tornam a parte essencial “de um amplo processo político nos quais os conflitos são prevenidos e resolvidos através de meios pacíficos e de um engajamento permanente e construtivo a favor da preservação de um clima social favorável ao desenvolvimento” (ibidem).

Uma missão importante que Movimento desempenhou durante o conflito tem que a ver com o seu papel em proteger João Bernardo Vieira então Presidente da República. De acordo com o nosso informante, com a entrada da Junta Militar na capital e o derrube do governo de Nino Vieira em 1999 “o Movimento defendeu para que o Nino seja mantido vivo. Facto que levou João Bernardo a exilar na embaixada de Portugal e posteriormente, foi para Portugal”.

Na atualidade, O Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Democracia e Paz transformou numa rede com mais de uma centena de organizações filiais desempenhando um papel ativo enquanto “contrapoder ao Estado na luta pela defesa e promoção dos valores da democracia, do estado de direito e das liberdades fundamentais dos cidadãos”. Alicerçando sua visão numa “Guiné-Bissau democrática, estável e próspera, evoluindo num ambiente de boa governação, justiça social e favorável ao desenvolvimento de uma cidadania ativa, participativa e responsável. Sua missão é entre outras, promover a concertação, a coordenação e a defesa da cidadania ativa e participativa. Por outro lado, o Movimento defende os valores como: respeito pelas diferenças, transparência, diálogo aberto, franco e construtivo, direito democrático, inclusão, solidariedade e justiça social.

4.3 REPERTÓRIO DE INTERAÇÃO ENTRE MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO GUINEENSE

Foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho, qual deve ser o papel dos movimentos sociais ou quais devem ser as fronteiras entre os movimentos e o Estado. Alguns aparecem com seus argumentos traçando a linha divisória, no entanto, o Movimento Nacional da Sociedade Civil ultrapassa essas fronteiras. Como descrevemos a cima, a criação do Movimento deu-se a um momento crítico da vida política e social do país. Quer dizer, o Movimento foi criado com a missão de interagir com o Estado, para juntos, encontrar soluções para pôr cobro ao conflito.

Porém, com o término do conflito, o Movimento se enveredou por outras ações políticas e sociais, com vista a fortalecer a nossa democracia. Razão pela qual, em 2003, com a destituição do Presidente Koumba Yalá pelos militares, o Movimento Nacional jogou seu papel para que o poder não fique efetivamente nas mãos de militares, mas sim, devolver o mandato aos partidos políticos. Segundo o nosso entrevistado, membro do movimento, que não se pretende identificar, “a participação do Movimento no Conselho de Nacional de Transição: um conselho que engloba a Sociedade Civil, militares e partidos políticos foi um momento determinante para prever um caos social”. É esse Conselho também que desempenha o papel

da Assembleia Nacional Popular que se encontrava encerrada, passando nesse momento a tomar decisões em nome do poder legislativo. Como descreve nosso entrevistado, o “Conselho teve um papel importante em dirimir conflito e conduziu o processo até a entrada em vigor de um novo governo e do novo Presidente da República”.

O mais recente caso foi em agosto de 2015, quando o Presidente da República José Mário Vaz pretendia demitir o governo liderado por Domingos Simões Pereira, o Movimento realizou encontros com o Chefe de Estado, corpos diplomáticos e com partidos políticos para encontrar solução plausível. Findo esta etapa sem sucesso a vista, o Movimento realizou marchas e vigília em frente do palácio da República, solicitando que o Presidente da República se recue na sua intenção. Perante toda essa movimentação pelo Movimento, o Presidente da República demitiu o governo. Com essa exoneração, instalou-se um impasse político.

Para sanear esse impasse político, o Movimento Nacional da Sociedade Civil nunca ficou de fora das tentativas para encontrar saídas perante a nova crise política que se instala. Tanto dos encontros realizados em Bissau, na Guiné-Konacri e no Togo, a organização participou enquanto representante da Sociedade Civil com sua posição em relação as medidas à tomar sobre a crise. Finalmente, o acordo de Togo foi o mais profícuo com a indicação de Aristides Gomes pelo PAIGC ao cargo de Primeiro-Ministro contando assim com apoio de outros partidos políticos.

O Movimento também tem desenvolvido ações de formação e de capacitação aos dirigentes das organizações da Sociedade Civil, especificamente as organizações filiais ao Movimento. Auxiliando-as na mobilização de apoios técnicos e financeiros; na concertação e coordenação de actos de cidadania ativa e participativa. Além disso, essas ações são extensivas aos atores políticos nacionais, principalmente aos deputados no que tange a reforço de capacidades em matéria de gestão de conflitos e redução de litígios.

No que concerne a institucionalização de suas ações junto do Estado, segundo nosso entrevistado, o Movimento Nacional da Sociedade Civil para Democracia e Paz integra o Comité da Tesouraria, afeto ao Ministério da Economia e Finanças, com a missão de acompanhar os gastos de recursos financeiros do Estado. Integra a Célula de Avaliação de Impacto Ambiental, um departamento que está sob tutela do Primeiro-Ministro, com a missão de regularizar a matéria de ambiente. Faz parte do Comité de Pilotagem da Reforma no sector da Defesa e Segurança. Do mesmo modo, integra a Comissão Nacional para Paz e Reconciliação. Uma Comissão instituída pela Assembleia Nacional Popular para acionar mecanismo afim de promover uma verdadeira reconciliação na Guiné-Bissau.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discussão muito bem patente na atualidade é a definição das fronteiras que podem limitar atuação dos movimentos sociais. Os mais radicais opinam por um distanciamento do poder político como forma de os movimentos sociais poderem ter mais barganhas políticas e jurídicas para cobrar do Estado. Outras correntes defendem a cooperação. Sublinhamos, portanto que os movimentos podem cooperar com o Estado, sem esquecer de suas agendas e pautas. Aliás, nossa integração no aparelho estatal não pode atenuar nossas lutas, principalmente nos Estados com suas democracias ainda mais domesticadas, onde é quase obrigatória a participação dos movimentos sociais não como um mero fiscalizar, mas sim, um agente ativo na elaboração e execução de políticas públicas.

Agora, há que tomar certos cuidados na hora de participarmos na institucionalização dos movimentos sociais, as vezes, quando os atores sociais institucionalizados têm acesso ao sistema político, são cooptados, mudam as suas reivindicações e perdem a sua autonomia. É óbvio que, quando os autores de movimentos sociais integram aparelho estatal, perdem o argumento e barganha de negociação em defesa dos movimentos, mas, é plausível a entrada dos atores sociais nas instituições estatais, sem acarretar um prejuízo enorme aos movimentos e a luta. Na nossa compreensão, os movimentos precisam manter fortes as suas estruturas de mobilização: redes de solidariedade, bem como os repertórios da ação. Até um certo ponto, os dirigentes de movimentos sociais podem participar na elaboração e na fiscalização de políticas do Estado. Neste sentido, quando é necessário a integração aos governos, não precisam ser necessariamente esses altos dirigentes a frente de movimentos, mas sim, simpatizantes, antigos dirigentes ou intelectuais orgânicos. Porém, não é de esperar que os movimentos atuem com a finalidade de assaltar o poder estatal, se assim for, os movimentos perdem o foco e desaparecem logo. Por outro, se alguns dirigentes pensam em assumir o poder político estatal escolhendo movimentos sociais para servirem de escadaria, estão fracassados e não entendem nada das linhas de pensamento que norteiam atuação de movimentos sociais. Faça política ativa quem quer ser governante, faça ativismo social quem quer o bem para maioria.

Portanto, se os movimentos são definidos como meios pelos quais a Sociedade Civil cobra do Estado, é normal que haja uma cooperação entre os dois com o objetivo de atingir certas finalidades. A cooperação não atinge negativamente a autonomia dos movimentos, se for bem gerida, mas, é totalmente diferente da oposição que se caracteriza pelo desacordo com as prioridades, decisões e políticas governamentais. Por outro, os movimentos sociais precisam

cobrar do Estado quando este não está a cumprir com seus deveres. Por isso que percebemos que não há limites na hora de acordar o Estado, porque as nossas ações precisam responder o quanto profundo é o sono dos nossos oponentes.

No caso concreto da Guiné-Bissau, a vulnerabilidade das instituições estatais; a complexidade de suas sociedades e os desafios de desenvolvimento, convidam a todos à uma cooperação para juntos atingir objetivos. Nesta cooperação, não definimos a eliminação dos movimentos sociais, chamamos atenção para os movimentos sociais como atores de mudanças com capacidades de propor algumas políticas públicas ao Estado, quebrando assim, o entendimento que se tem dos movimentos sociais em África. Até algum ponto, considerados como “inimigo do Estado”.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebeca; BULOW, Maria Von. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?**, Porto Alegre, Sociologias, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84.
- ABERS, Rebeca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula**. DADOS—Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, no2, 2014, pp.325 a 357.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. São Paulo, Lua Nova, 76: 49-86, 2009.
- **Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito**. SociologiaAntropologia/v.02.03:21-41, 2012.
- BAHI; Aghi A; SANTOS, Acácio S. Almeida. **Sociedade civil e ação política na Costa do Marfim**. Anos 90, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 163-194, dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/46086/32270>. Acessado em: 02.10.2017.
- BASTIDE, Roger. **As Américas Negras: as civilizações africanas no Novo Mundo**. DIFEL, São Paulo, 1974.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**, tradução Marco Aurélio Nogueira, São Paulo, Brasiliense, 2000.
- CARDOSO, Carlos. **Sociedade Civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau**. Yaoundé, Cameroun, CODESRIA, 2008.
- **Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: continuidades e rupturas (1910 – 1999)**. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2004.
- **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**. INEP, Bissau, 1995.
- CARLOS, Euzenia. **Movimentos sociais e Estado: interações socioestatais em perspectiva comparada no Espírito Santo**. IX Encontro da ABCP. Área Temática: Participação Política, Brasília, DF, 04 a 07 de agosto de 2012.
- GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. 0 São Paulo: Atlas, 2017.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, Loyola, 1997. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>. Acessado em: 07.05.2019.
- JAMES, C.L.R. **Os jacobinos negros: Toussaint L`Ouverture e a revolução de São Domingos**. Boitempo. São Paulo. 2000.

KOHL, Christoph. **Integração Nacional ‘por baixo’**: A contribuição do associativismo em Guiné-Bissau. Local, revista antropológicas, ano 15, vol.22(2): 7-40, 2011.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau**: Da democracia revolucionária à democracia liberal. Revista Kacu Martel n. 14 – INEP, Guiné-Bissau, 2001.

LERBACH, Brena Costa. **Movimentos Sociais**: percursos práticos e conceituais. N/L, N/E. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/1534-2360-1-SM.pdf>. Acessado em: 09.05.2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 edição, São Paulo: Altas, 2016.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. Brasiliense, São Paulo, (Coleção primeiros passos), 38ª ed. 1994.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Edição Ridendo Castigat Mores – Versão para eBook, 1999. Disponível em: eBooksBrasil.com, acessado em 04/05/2019.

MENDY, Peter Karibe. **Colonialismo português em África**: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879 – 1959). Coleção: Kacu Marte, Bissau, INEP, 1994.

MENDY, Peter Karibe. *Amílcar Cabral e a Libertação da Guiné-Bissau*: contextos, desafios e lições para uma liderança africana efetiva. In: Carlos Lopes (Org.). Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral. São Paulo, Unesp, 2012. Cap. 2. P. 15-33.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. *Guiné-Bissau*: da luta armada à construção do estado nacional - conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). 2013. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

NKRUMAH, Kwame. **O gênio africano**. Cap. 49. In: O Resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas / Helen Lauer, Kofi Anyidoho (organizadores). – Brasília : FUNAG, 2016.

NÓBREGA, Álvaro Correia de. **GUINÉ-BISSAU**: Um caso de democratização difícil (1998-2008). ISCSP, Lisboa, 2015.

SEMEDO, Maria Odete da Costa Soares. **As Mandjuandadi - cantigas de Mulher na Guiné-Bissau**: da tradição oral à literatura. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, Alberto da Costa e, **Os lançados**. In: A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 à 1700. Cap. 7. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

SILVA, Francisco Henriques da; SANTOS, Mário Beja. *Da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau*: um roteiro. Porto/Portugal: Fronteira de caos, 2014.

TOMICH, Dale. Pensando o impossível: victor schoelcher e o Haiti. Mana, 2009.

WIREDU, Kwasi. **Democracy and Consensus in African Traditional Politics**. A Plea for a Non-party Polity. Polylog: Forum for Intercultural Philosophy. 2 (2000). <disponível em <http://them.polylog.org/2/fwk-en.htm>>, por Márcio Moreira Viotti.